ACHAR
Associação dos Agricultores de Charneca

PLANO DE AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO DO PRODER

QUALIDADE DA ENVOLVENTE URBANO-RURAL:

ALMEIRIM, ALPIARÇA E CHAMUSCA

ACHAR – Associação dos Agricultores de Charneca
Rua Direita de S. Pedro n.º 152 – 2140-098 Chamusca
www.achar.pt Email: charneca@achar.pt

O presente projecto surge no âmbito do Plano de Aquisição de Competências e Animação, designado PACA, onde se pretende apresentar um estudo que avalie a qualidade da envolvente Urbano-Rural nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca.

Chamusca, 2013

INDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS **5**

ÍNDICE DE ANEXOS **7**

1. INTRODUÇÃO **8**

2. ESPAÇO RURAL – EVOLUÇÃO E NOVOS PARADIGMAS **9**

2.1. COMO DEFINIR ESPAÇO RURAL? 9

2.2. O CASO PORTUGUÊS – BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA 10

2.3. NOVOS PARADIGMAS – O ESPAÇO RURAL NA SOCIDADE CONTEMPORÂNEA 12

2.3.1. Paradigma 1 – A rurbanização 12

2.3.2. Paradigma 2 – A fetichização do rural (como depositário dos valores ambientais) 14

3. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO **16**

3.1. CONCEITOS 16

3.2. POLÍTICAS À ESCALA EUROPEIA 17

3.3. POLÍTICAS À ESCALA NACIONAL – DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE 19

3.4. POLÍTICAS À ESCALA NACIONAL – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 22

3.5. INTERVENÇÕES À ESCALA LOCAL 24

3.5.1. Entidades e principais eixos de intervenção 24

3.5.1.1. Turismo em Espaço Rural 25

3.5.1.2. O Mercado Social de Emprego 26

3.5.1.3. Ofícios e Microempresas Artesanais 27

3.5.2. Operacionalização das estratégias de desenvolvimento local 28

4. INCÊNDIOS EM ÁREAS DE INTERFACE URBANO-RURAL **31**

5. AS IUR NOS CONCELHOS DE ALMEIRIM, ALPIARÇA E CHAMUSCA **37**

5.1. APLICAÇÃO 38

5.2. AVALIAÇÃO 40

5.3. DISCUSSÃO 41

6. INCÊNDIO 2003 42

6.1. AS REGIÕES MAIS ATINGIDAS 44

6.2. O ANO TRÁGICO DE 2003 47

6.2.1. Danos Gerais 47

6.2.2. Os Danos no Edificado 47

6.3. APOIOS CONCEDIDOS 50

6.3.1. Apoios Públicos 50

6.3.2. Iniciativas de Apoio Solidário 52

6.3.4. Principais Medidas Legislativas 54

6.4. APOIOS DA UE PARA CATÁSTROFES E RECUPERAÇÃO DA BASE ECONÓMICA 55

6.5. O CASO DA CHAMUSCA 57

6.6. PROPOSTA TÉCNICA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 63

6.6.1. Tendências e Análise do Valor da Floresta 64

6.6.2. Solução Preconizada 68

6.6.3. Eixos Estratégicos de Atuação 71

7. CONCLUSÕES 75

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 78

LISTA DE ANEXOS 85

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Paradigma "O Espaço Rural na Sociedade Contemporânea" 12

Figura 2 – Políticas à Escala Nacional 19

Figura 3 – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 20

Figura 4 - Quadro construído a partir do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro 23

Figura 5 - Adaptação das áreas urbanas (INE) às freguesias de IUR 36

Figura 6 - Concelhos que integram a área de estudo 37

Figura 7 - Número de freguesias e área dos três concelhos 38

Figura 8 - Identificação das IUR nos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca 39

Figura 9 - Número e Área das Freguesias por Tipologia 39

Figura 10 - Área Ardida por Tipologia 40

Figura 11 - Portugal: Área ardida Total (1980-2004) 43

Figura 12 - Proporção de área ardida por concelho, 2000-2004 45

Figura 13 -Proporção de povoamentos ardidos na área ardida total, 2003 46

Figura 14 - Povoamentos afetados no total da área ardida, 2000-2004 46

Figura 15 - Tipo de Ocupação dos Alojamentos Atingidos, 2003 48

Figura 16 - Desalojados e afetados, 2003 49

Figura 17 - Postos de trabalho e instalações afetados, 2003 49

Figura 18 - Apoio às vítimas dos incêndios de 2003 50

Figura 19 -Apoio aos Corpos de Bombeiros 51

Figura 20 - Previsão das ajudas do Ministério da Agricultura 52

Figura 21 - Iniciativas de Apoio Solidário 53

Figura 22 - Casas afetadas pelo Incêndio de 2003 58

Figura 23 - Casa Afetada 58

Figura 24 - Casa Afetada 59

Figura 25 - Casa Afetada 59

Figura 26 - Fábrica Malhas Afetada 60

Figura 27 - Rede Elétrica Afetada 60

Figura 28 - Povoamento Sobreiro 61

Figura 29 - Povoamento Pinheiro Bravo 62

Figura 30 - Povoamento Sobreiro 62

Figura 31 - Alocação de esforços e investimentos - cenário atual 63

Figura 32 - Oportunidade de quebrar o ciclo vicioso 69

Figura 33 - Alocação de esforços e investimentos: criação do círculo virtuoso da floresta 69

Figura 34 - Alocação de esforços e investimentos: cenário desejado 70

Figura 35 - Círculo vicioso da floresta 71

Figura 36 - Sustentabilidade de médio-longo prazo 71

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Correio da Manhã – 15 de Agosto de 2003 86

Anexo 2 – Diário de Notícias – 03 de Agosto de 2003 87

Anexo 3 – Correio da Manhã – 28 de Agosto de 2003 88

Anexo 4 – Correio da Manhã – 02 de Novembro de 2003 89

Anexo 5 – Diário de Notícias – 15 de Janeiro de 2004 90

1. INTRODUÇÃO

Para precisar o conceito de espaço rural parece essencial contrapor-lhe o conceito de espaço urbano. Tradicionalmente complementares, arriscamos afirmar que o rural e o urbano se encontram hoje em posição de confronto.

A evolução do conceito de rural conduziu à emergência de paradigmas baseados na valorização das valências de dois tipos de espaços: por um lado as áreas "não urbanizadas" na envolvência das cidades, onde há uma ocupação de carácter urbano e, por outro lado, as áreas rurais profundas, onde ainda permanecem espaços pouco humanizados e genuínos do ponto de vista cultural, que são, por isso, "fetichizados" por uma população sobretudo urbana.

Estas são as duas grandes tendências de redescoberta do "rural".

As Interfaces Urbano-Rurais apresentam características que, em Portugal, são diversas das de outros países, dificultando a sua definição e identificação, bem como a das estratégias adequadas à prevenção, proteção e combate aos incêndios florestais.

Tomando como área de estudo os concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca no período de 2003 a 2012, procedemos à análise e identificação das freguesias correspondentes às áreas de Interface Urbano-Rural, utilizando a tipologia do INE.

2. ESPAÇO RURAL – EVOLUÇÃO E NOVOS PARADIGMAS

2.1. COMO DEFINIR ESPAÇO RURAL?

Para precisar o conceito de espaço rural parece essencial contrapor-lhe o conceito de espaço urbano, porque historicamente têm vindo a ocupar uma posição fortemente relacional. Tradicionalmente complementares – na sua génese os espaços rurais e urbanos detêm características muito diferentes – arriscamos a afirmar que hoje, porque se perderam parte dessas características, estão em posição de confronto.

Nesta linha de pensamento, Ferrão (2000) define quatro aspetos historicamente distintivos do mundo rural face ao urbano:

- função principal de produção de alimentos;
- atividade económica dominantemente agrícola;
- família camponesa como grupo social de referência;
- tipo de paisagem que reflete equilíbrio entre os ecossistemas naturais e as atividade humana.

Todavia, hoje é clara a predominância de um rural não agrícola que conflitua com todos estes aspetos.

A transformação do espaço rural foi promovida em grande parte pela ocorrência progressiva, a partir da década de 60, de grandes "linhas de transformação"[1]:

- alterações de mercado, uma vez que este já não se limita a pôr em conexão dois espaços produtivos, a cidade e o campo, envolvendo hoje todo o território (Baptista, 2001);
- alterações culturais, desde simples mudanças de hábitos alimentares até novos tipos de procura do rural como essência da natureza por parte dos habitantes urbanos;
- alterações na agricultura, nomeadamente o aparecimento de adubos, pesticidas e a motomecanização, engenhos que uniformizaram os padrões de trabalho (Baptista, 1993);
- e por último a difusão de um conjunto de inovações tecnológicas como a vulgarização do uso do automóvel, que vieram permitir um maior leque de opções de local de

[1] A expressão pertence a Baptista, F. O. (1993): "Agricultura, Espaço e Sociedade Rural". Coimbra, Fora do Texto – Cooperativa Editorial de Coimbra, página 6.

residência e fenómenos como o teletrabalho, frequentes em espaço rural (Alves, 2001).

Pelo que, contemporaneamente, é notória a ausência de um conceito inequívoco de rural. A definição de "zonas rurais" da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é a única reconhecida internacionalmente (EU, 2006). Em Portugal muitos documentos de referência, nomeadamente os estudos publicados pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) adotam a definição, que assenta na classificação das NUT III em "Predominantemente Urbanas" (menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 hab/Km^2), "Significativamente Rurais" (onde 15 a 50% da população residente em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 hab/km^2) e "Predominantemente Rurais" (onde mais de 50% da população residente em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 hab/Km^2).

Porém, esta definição não permite, por exemplo, ter em conta a população que vive em zonas rurais mais densamente povoadas, designadamente em zonas "peri-urbanas"[2] (EU, 2006). Face a esta dificuldade os países da EU têm vindo a procurar definições apoiadas em parâmetros mais diversificados, muitas vezes cruzando os requisitos de carácter quantitativo como a densidade populacional, a dimensão dos lugares e do emprego agrícola, com a utilização dos solos e outros indicadores de natureza económica e social. Contudo, em muitos casos, de novo em atitude fortemente relacional, o rural é definido por oposição ao urbano, como aquele que possui características "não-urbanas", sendo deste modo determinado pelo seu grau de subdesenvolvimento (Abramovay, 2000).

2.2. O CASO PORTUGUÊS – BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Até ao início do séc. XVIII – em Portugal até meados do séc. XIX – preexistiu globalmente uma conceção de espaço e sociedade rural inteiramente associados à agricultura.

O caso português é particular porque, relativamente à restante realidade europeia, manteve até mais tarde uma estreita relação com a atividade agrícola. Esta condição pode ter-se devido à existência de uma forte e precoce intervenção pública no setor. Todavia, apesar de historicamente ter existido uma forte aposta na agricultura, este nunca foi um setor de

[2] Poderá definir-se peri-urbano como sendo "o desenvolvimento de aglomerados urbanos, bem para além dos seus limites históricos, de forma pouco densa e com predomínio de habitação familiar" (Jacques Mayoux 1979).

atividade com relevância na economia portuguesa, principalmente quando comparado com os setores secundário e terciário[3].

Em 1986 Portugal integrou a Comunidade Económica Europeia (CEE), tendo a agricultura portuguesa de se submeter à Política Agrícola Comum (PAC) que veio impor aos agricultores o abrandamento e reconversão de produções.

A partir dos anos 90, no contexto da Reforma da PAC (iniciada em 1992) e da emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável[4] (iniciado em 1987 com o Relatório Brundtland), o espaço rural começou a ser fortemente valorizado pela sua função ambiental. Segundo Valente, S. e E. Figueiredo (2003): "a questão ambiental, em termos sociais e institucionais, que apareceu tardiamente em Portugal, resultou em parte da pressão induzida pela integração na Comunidade e pelos problemas que decorreram de uma urbanização desenfreada e de um caótico ordenamento do território".

O desenvolvimento sustentável em Portugal teve como génese documentos como: a Lei de Bases do Ambiente (Abril de 1987), apontando para um "desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável", ou o Plano Nacional de Política e Ambiente (Abril de 1995) que, apesar de nunca ter sido implementado, definiu várias orientações estratégicas nas quais a educação ambiental foi encarada como tarefa primordial. Em Março de 2002 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002 veio enquadrar a elaboração e a coordenação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)[5].

Paralelamente ao avanço dos instrumentos e políticas foi-se ganhando a consciência de que do ponto de vista ambiental, a atividade agrícola também por ter consequências diretas na degradação dos recursos: pelo consumo excessivo de água, emissão pela pecuária de amoníaco e metano, utilização de adubos e pesticidas que geram cheiros nauseabundos, poluição de águas superficiais e subterrâneas ou erosão do solo (Baptista, 2001). Todas estas preocupações levaram à criação de políticas específicas de desenvolvimento e de estratégias alternativas de dinamização dos espaços rurais que, anteriormente agrícolas, se viram subitamente desprovidos do seu maior significado.

[3] De acordo com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Inovação, o setor "Agricultura, Silvicultura e Pescas" constituía, em 1995, 5,7% da estrutura do VAB, e em 2006 esta percentagem decresceu para os 2,8%. Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais (Setembro de 2007).

[4] Desenvolvimento que satisfaz as exigências do presente sem comprometer a capacidade de futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Fonte: WCED (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.

[5] O conteúdo do ENDS será apresentado no subcapítulo relativo à análise de políticas de escala nacional.

2.3. NOVOS PARADIGMAS – O ESPAÇO RURAL NA SOCIDADE CONTEMPORÂNEA

No seguimento desta evolução ganha lugar a conceção da multifuncionalidade do espaço rural, e com ela a valorização de novas valências de dois tipos de rural: por um lado as áreas "não urbanizadas" na envolvência das cidades, onde se observa uma ocupação nem rural, nem urbana, mas urbana (Figueiredo, 2001); por outro lado, o rural profundo onde ainda permaneceram espaços naturais e genuínos do ponto de vista da cultura dos lugares. Estas são as duas grandes tendências de redescoberta do rural que identificamos, cada um destes paradigmas pode encontrar respostas em dois tipos de políticas:

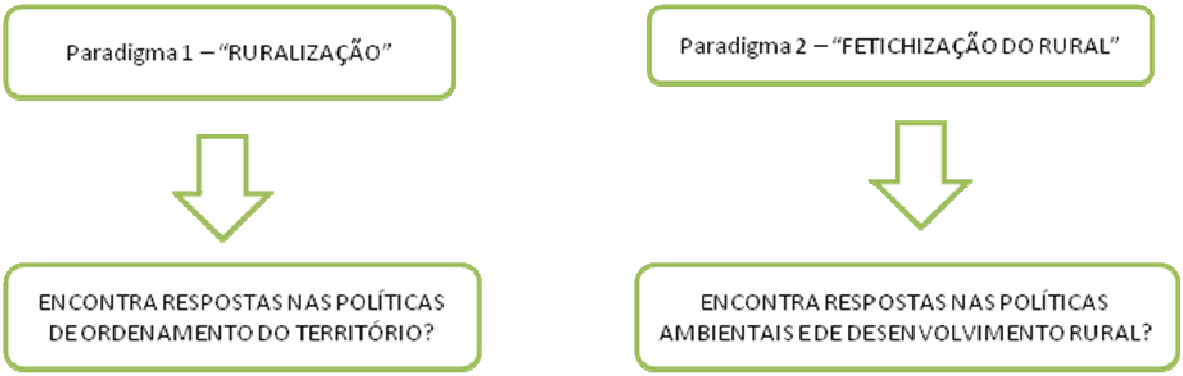

Figura 1 – Paradigma "O Espaço Rural na Sociedade Contemporânea"

Fonte: Pais, Carina *et al.*, 2008

Contudo há que referir que ambas as tendências resultam de uma conceção urbana do mundo rural, podendo gerar interesses contraditórios.

Seguidamente faremos uma breve descrição dos dois paradigmas identificados.

2.3.1. Paradigma 1 – A rurbanização

Na década de 40 (após a 2ª Guerra Mundial), com a industrialização da agricultura, a modernidade deixou de ser condição exclusiva do espaço urbano (Ferrão, 2000). Este entendimento esteve, como defende o mesmo autor, na génese da diferenciação dos graus de rural (central, periférico, marginal ou profundo) em função da sua proximidade a um centro urbano. Este posicionamento geográfico relacional foi gerador de novos fenómenos que

permitiram que os movimentos pendulares casa-emprego se começassem a observar em territórios rurais cada vez mais vastos.

A este propósito Bauer, G. and J.-M.-Roux introduziram em 1976 o conceito de "rurbanização" para designar o fenómeno que resulta da disseminação da cidade pelo espaço, em que interpretação do espaço rural e do espaço urbano se torna um dado permanente do quadro da vida. Na mesma linha de pensamento, Berry (1976), surge com o conceito de "contra-urbanização", processo de desconcentração populacional do período pós-guerra que veio transformar as aldeias e lugares agrícolas em dormitórios.

O fenómeno de rurbanização não só comporta razões de política fundiária, como também sentimentos anti-urbanos por parte de uma população que procura viver no "campo", sem abdicar de um estilo de vida urbano. Sobre este confronto, Choay (1965), referindo-se ao anti-urbanismo americano, defende que este já estava ideologicamente presente na obra de Thomas A. Jefferson no séc. XVIII, que continuou com R. Waldo Emerson, Thoreau, Henry Adam, Henry James e Louis Sullivan. A crítica o urbano, feita por todos estes autores em nome de valores tão distintos como: a democracia, a metafísica da natureza ou a analítica das relações humanas, baseava-se na defesa de um "estado rural" no qual eram depositadas todas as esperanças de uma vida mais sã. A cidade era vista como o local da alienação, o *locus* primário da degeneração e corrupção humanas.

Este pensamento teve uma influência profunda no imaginário e no urbanismo americano, generalizando-se de forma global. Encontramo-lo nos extensivos bairros habitacionais que ocupam pontualizadamente áreas de carácter agrícola em territórios polarizados pela cidade-núcleo.

A defesa do rurbanismo baseia-se na possibilidade de uma coexistência harmoniosa do estilo de vida urbano num ambiente bucólico. Na verdade, devido às "linhas transformadoras" de carácter cultural e tecnológico é hoje possível viver num qualquer espaço rural profundo a trabalhar na "cidade global", de fluxos e comunicações virtuais, ou eventualmente habitar um rural periférico e viajar diariamente ao centro da cidade para trabalhar.

Uma perspetiva crítica defenderá, por outro lado, que a ocupação rurbana origina dinâmicas que induzem expectativas de ocupação insustentáveis do ponto de vista ambiental e de desenvolvimento rural, porque, sendo possíveis e mais rentáveis são frequentemente favorecidas, sobrepondo-se às restantes atividades. Pelo que em última análise conduzem à homogeneização e descaracterização dos espaços rurais "menos profundos" e a um desordenamento do território.

Daqui surge a seguinte questão: as políticas e os instrumentos de ordenamento do território têm novas respostas para este problema (que se tem vindo a acentuar desde a década de 70).

2.3.2. Paradigma 2 – A fetichização do rural (como depositário dos valores ambientais)

Os primeiros indícios de uma consciência da fragilidade da natureza conheceram-se desde o séc. XVIII, contudo, é no período Romântico (até meados do séc. XIX) que os problemas ambientais ganham algum destaque. É neste período que o termo "poluição" ganha o seu significado atual e datam também desta altura as primeiras considerações sobre a extinção de espécies (Hutchings, 2007).

Este enquadramento histórico serve-nos para demonstrar que a fetichização do rural tem profundas raízes e assenta numa valorização da natureza como objeto de desejo. Esta atitude romântica face ao rural evoluiu e hoje, na mesma linha de pensamento, Ferrão (2000) descreve três tendências:

- "Movimento de renaturalização", centrado na conservação dos valores naturais;
- "Procura de autenticidade" que conduz à valorização das identidades e memórias genuínas num mundo cada vez mais globalizado;
- "Mercantilização das paisagens" como resultado do aumento do tempo de lazer e consequente procura de espaços para turismo e recreio.

A estas três tendências, mais centradas na fruição do rural, juntamos outra a que decidimos chamar "noção de ameaça", e que pretende refletir as atitudes de fetichização motivadas por um sentimento de medo que decorre da crescente consciencialização da população relativamente à escassez dos recursos e aos problemas ambientais (poluição do ar ou contaminação da água) na sua própria qualidade de vida. Lima (2006) denomina esta tendência como "o novo paradigma ecológico".

Todas estas atitudes correspondem a uma reconceptualização do mundo rural por parte de "largos setores da população urbana" (Baptista, 2001), um mundo que integra raras características ambientais e as memórias do passado. É de referir que estas tendências se verificam quase exclusivamente em países ocidentais onde as questões do desenvolvimento sustentável e ambiente têm vindo a ganhar grande destaque (Mormont, 1994)[6].

[6] Mormont citado por Elizabete Figueiredo (2001).

Apesar de geralmente se ponderar positivamente esta reconceptualização – porque gera um novo mercado de atividades associadas ao rural: caça, turismo, venda de produtos agrícolas tradicionais, artesanato, lazer, desporto, visita e fruição das paisagens, (Baptista, 2001) – na verdade, ela equivale mais a uma valorização fetichizada dos aspetos do rural, orientada para o consumo, para a musealização ou sacralização dos espaços e atividades.

Desta forma não é de estranhar que haja visões descoincidentes, geradoras de conflitos entre os habitantes e os fruidores ocasionais. Em parte porque ambos valorizam características distintas de um mesmo rural, os primeiros, numa visão utilitarista, tendem a dar importância aos recursos como suporte da atividade humana, enquanto que os segundos assumem uma atitude conservadora face a esses mesmos recursos, muitas vezes procurando um rural puro, encenado, esvaziado do seu conteúdo social (Figueiredo, 2003).

A este propósito citamos Cavaco (2005): "Em determinados contextos, a agricultura é protegida e preservada não em função do valor económico da produção mas por motivos de natureza cultural ou simplesmente pelas amenidades que assegura, desde logo as paisagens, com seus significados estéticos, culturais e ambientais (…)." Desta reflexão conclui-se que olhar o mundo rural como "reserva ambiental" (Figueiredo, 2001).

3. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

3.1. CONCEITOS

É frequente a confusão entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento. Para uma distinção clara entre ambos, Nunes (1969) cita François Perroux (1963): "(…) sendo o crescimento definido como o aumento sustentado, durante um ou mais períodos longos, de um indicador de dimensão económica, que é o produto global bruto ou líquido da Nação, em termos reais, e o desenvolvimento, como toda a combinação de transformações mentais e sociais de uma população que precisamente a tornam apta a fazer crescer cumulativamente e duravelmente, digamos irreversivelmente, no longo prazo, o seu produto real."

Todavia, o equívoco entre crescimento e desenvolvimento explica-se, em parte, pela História. O conceito de desenvolvimento, além de ser relativamente recente, ganhou o seu significado moderno durante e após a 2ª Guerra Mundial, como a ideia do "New Deal", expressão por que ficou conhecida a política interna americana do Presidente Roosevelt, desenhada para combater a recessão dos anos 30 (Moreira, 2001).

Durante as décadas de 50 e 60 a conceção de desenvolvimento evoluiu, mas sempre numa visão economicista, prevalecendo o entendimento de que um crescimento económico rápido traria níveis de desenvolvimento (social e cultural) mais elevados. No entanto a realidade veio demonstrar que embora o ritmo de crescimento económico mundial fosse rápido, se acentuava cada vez mais como o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Assim, nos anos 70 surgem as primeiras críticas a esta conceção tradicional de desenvolvimento, que progressivamente, foi sendo alterada com a emergência de novos conceitos, sobretudo do conceito de desenvolvimento sustentável (WCED, 1987), que decorre da integração de aspetos ecológicos e demográficos dentro do próprio conceito de desenvolvimento (Almeida, *et al.*, 1994).

Atualmente, a União Europeia (UE) é instituição capital na promoção do desenvolvimento, definindo as metas a atingir neste campo. Em dezembro de 2005 foi assinada a nova declaração sobre a sua política de desenvolvimento, o "Consenso Europeu" (Jornal Oficial C 46 de 24.02.2006).

3.2. POLÍTICAS À ESCALA EUROPEIA

Dados relativos a 2006 referem: "as regiões rurais representam 92% do território da União Europeia, 19% da população europeia habita em zonas predominantemente rurais e 37% em zonas com uma componente rural significativa. Estas regiões produzem 45% do valor acrescentado da UE e 53% do emprego. Apesar da grande diversidade de situações, apresentam em geral rendimentos *per capita* inferiores, em cerca de um terço, à média europeia, baixas taxas de atividade das mulheres e o setor dos serviços menos desenvolvidos."

Face a esta realidade, e uma vez que as políticas da UE visam o desenvolvimento equilibrado do território, a questão do desenvolvimento rural, ainda que numa perspetiva meramente agrícola, foi introduzida desde o início do projeto europeu, no final da década de 50, com a criação da Política Agrícola Comum (PAC). Na sua génese a PAC incorporava apenas respostas relativamente a problemas de organização e estabilização dos mercados e de fixação de preços razoáveis para os consumidores (Cavaco, 2005).

A primeira reforma da PAC, iniciada em 1992 – que teve entre os seus principais objetivos a integração de medidas de proteção do ambiente – representou uma viragem decisiva porque veio reconhecer ao agricultor o desempenho de outras funções fundamentais cumulativamente às da produção agrícola, como funções de desenvolvimento rural, de ordenamento do território e de proteção ambiental?[7] Esta consciência de que a viabilidade dos espaços rurais não podem depender apenas da atividade agrícola marcou decisivamente a política agrícola comunitária e, com a reforma da PAC proposta no âmbito da Agenda 2000 (Berlim, 1999), procedida pela Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural (1996), estava iniciada a real política de desenvolvimento rural da UE (Factsheet – O Desenvolvimento Rural na União Europeia, 2004).

A Agenda 2000 veio impor uma orientação mais multifuncional, territorial e ambiental dos apoios e incentivos comunitários (Lourenço, F. M. D., 2001). Neste âmbito destaca-se a criação das figuras de "zonas desfavorecidas" – zonas de montanha, zonas ameaçadas de abandono, zonas afetadas por desvantagens específicas – e de "regiões com condicionantes ambientais", que podem ser coincidentes com as anteriores, e onde os agricultores têm a possibilidade de ser indemnizados[8] para compensar as despesas ou perdas resultantes da aplicação de restrições à utilização do solo devido a imposições comunitárias de proteção ambiental como

[7] Em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/envir/index_pt.htm, refere que a remuneração, é feita numa base contratual, pela prestação de serviços ambientais e pela utilização de práticas agrícolas compatíveis com o ambiente.

[8] Em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/envir/index_pt.htm, "Nas zonas desfavorecidas, onde as condições naturais difíceis resultam numa baixa produtividade agrícola, a União apoia diretamente os agricultores através de indemnizações compensatórias e ajudas ao investimento em condições favoráveis."

os sítios da Rede Natura 2000. (Factsheet – O Desenvolvimento Rural na União Europeia, 2004).

Relativamente aos instrumentos financeiros do desenvolvimento rural, o apoio da UE tem tido como base os fundos estruturais (UE, 2007). Ao longo da construção europeia foram criados quatro tipos de fundos estruturais com os quais Portugal teve oportunidade de favorecer os seus espaços rurais: o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), o FSE (Fundo Social Europeu), o FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) e o IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca). Dos quatro, o FEOGA foi o principal instrumento de co-financeiro que suportou as políticas comunitárias de desenvolvimento rural, nomeadamente os pagamentos compensatórios a agricultores de "zonas desfavorecidas" e "regiões com condicionantes ambientais", bem como os projetos LEADER[9] que, no quadro das quatro iniciativas comunitárias (INTERREG, EQUAL e URBAN), visam exclusivamente promover o desenvolvimento rural (UE, 2007).

Assim, e após sucessivas reformas, a PAC assenta hoje em dois pilares: as políticas de mercados e as políticas de desenvolvimento rural. Para o período de 2007-2013 é dada particular atenção ao segundo pilar, pelo que âmbito da nova política de desenvolvimento rural da UE[10] foi criado, em setembro de 2005, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) que concentra em si todo o apoio comunitário ao desenvolvimento rural.

Na conclusão deste subcapítulo relativo às políticas de escalar europeia fica a ideia de que: acompanhando as alterações do conceito de rural e a emergência de novos paradigmas, as políticas comunitárias tenderam progressivamente a rejeitar a ideia da agricultura como base fundamental do espaço rural, para se centrarem em duas perspetivas: a valorização das potencialidades endógenas (sociais e físicas) dos lugares e, em simultâneo, a conservação e proteção ambiental desses mesmos lugares.

Conjuntamente estas políticas integraram também preocupações de equidade relativamente ao papel do agricultor, contemplando medidas compensatórias para os habitantes rurais desfavorecidos devido à implementação das políticas comunitárias.

[9] Os particularismos do programa LEADER, incluindo a sua aplicação em território português, serão abordados à frente, no âmbito das intervenções à escala local.

[10] Regras e medidas a adotar pelos Estados-Membros definidas no Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho.

3.3. POLÍTICAS À ESCALA NACIONAL – DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE

As políticas ambientais e de desenvolvimento rural nacionais estão fortemente dependentes das políticas e financiamento da União Europeia, pelo que considerámos que uma clarificação sistemática das políticas à escala nacional devia começar por se reportar ao documento macro: o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Nele definem-se as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007-2013. O QREN contempla a articulação com as entidades responsáveis por importantes instrumentos de conceção, de programação ou de financiamento de políticas públicas, de acordo com o seguinte esquema:

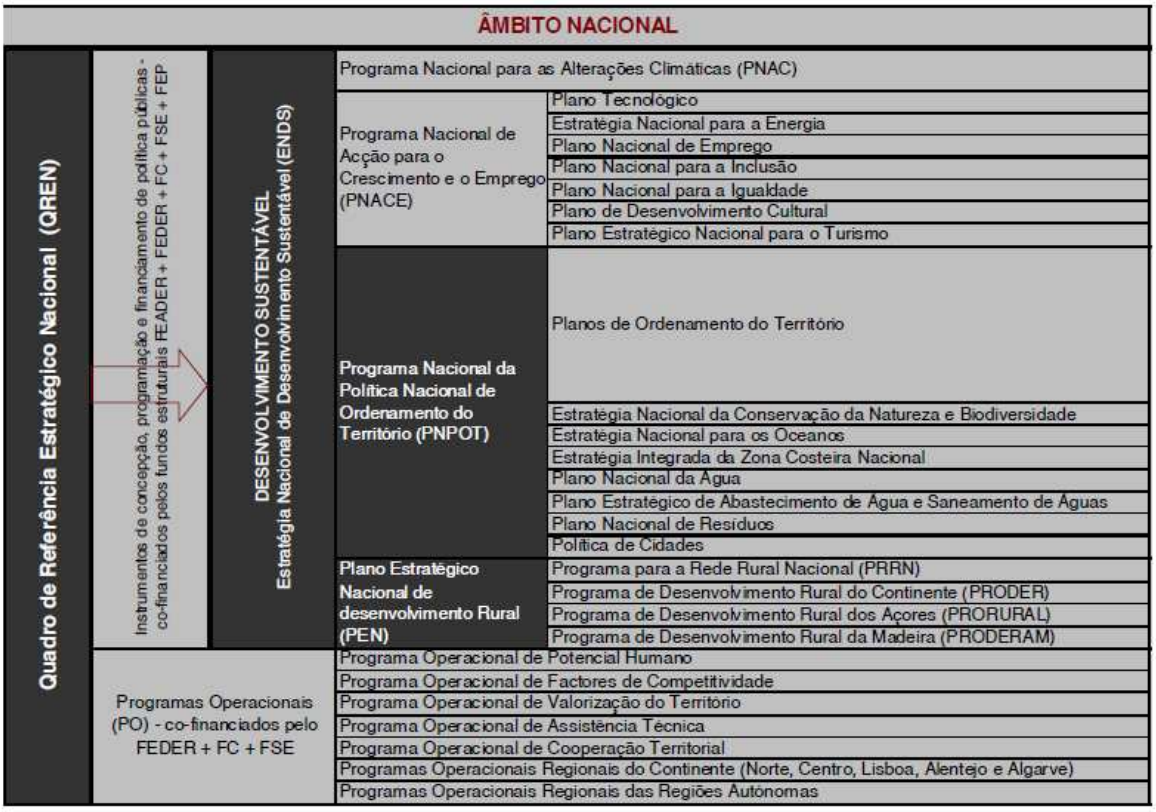

Figura 2 – Políticas à Escala Nacional

Fonte: Pais, Carina *et al.*, 2008

O QREN concretiza-se através de programas operacionais (PO):

- Programas Operacionais Temáticos (Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território);
- Programas Operacionais de Assistência Técnica;

- Programas Operacionais de Cooperação Territorial e de Redes de Cooperação Inter-regional;
- Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Por outro lado, o QREN define ainda linhas orientadoras para os restantes instrumentos de conceção, programação e financiamento de política pública. No âmbito destes instrumentos encontra-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), e respetivo Plano de Implementação (PIENDS). A relevância da ENDS é enorme, sobretudo numa altura em que a adesão aos novos valores ecológicos está a crescer na sociedade portuguesa, Lima (2006), no texto "Portugueses e Ambiente" revela que: hoje, as pessoas tendem a defender essencialmente uma intervenção política e pública mais rigorosa em questões ambientais.

Resumidamente a ENDS recai sobre as três dimensões da sustentabilidade (económica, social e ambiental) e define linhas de atuação que assentam em seis objetivos, um dos quais uma "organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço europeu e proporcione qualidade de vida."

Operativamente é um instrumento transversal, concretiza-se nos diversos programas das políticas públicas, com maior relevância para o PNPOT e o PEN.

Figura 3 – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Pais, Carina *et al.*, 2008

Relativamente a respostas aos paradigmas identificados, a ENDS reconhece problemas de desenvolvimento rural com repercussão ambiental, sobretudo a desertificação dos núcleos rurais e consequente litoralização: "um dos grandes desafios ao qual se terá de responder será o das consequências do esvaziamento das áreas rurais que se verificou em simultâneo com a

concentração no litoral; este esvaziamento teve ainda reflexos inegáveis no abandono de muitas paisagens rurais" (ENDS, 2004).

Outro dos problemas identificados pela ENDS vai mesmo ao encontro do fenómeno de "rurbanização" e suas consequências: "Portugal tem tido um crescimento urbano de tipo extensivo e um modo de funcionamento das cidades que tem múltiplos impactos ambientais perversos – contribui para a reafectação de solos de valia agrícola à edificação urbana; contribui para uma má qualidade da paisagem urbana e da qualidade de vida nas cidades; desvalorizou a existência de espaços verdes e corredores ecológicos e de espaços públicos em favor de uma construção massificada. (…) Um dos maiores riscos para os solos agrícolas reside no facto de uma grande parte das áreas de maior produtividade, como é o caso do Ribatejo, Oeste e Algarve se encontrarem em zonas de forte pressão para a mudança no uso do solo, nomeadamente para a expansão urbana, e industrial, empreendimentos turísticos, procura de segunda habitação, entre outros." (ENDS, 2004).

Como foi referido anteriormente, a ENDS consubstancia-se em outros Programas, designadamente no PEN (Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural). Elaborado pelo MADRP no âmbito do FEADER, resulta do novo modelo de intervenção da UE em que todo o apoio comunitário ao desenvolvimento rural[11] se concentra apenas neste fundo. A programação FEADER para o período de 2007-2013 integra duas fases[12]:

- elaboração de planos estratégicos nacionais (PEN) elaborados pelos Estados membros, conjugando as orientações estratégicas comunitárias adotadas pela Decisão n.º 2006/144/CE, do Conselho, de 20 de fevereiro, com as orientações de política nacional;
- elaboração (posterior) de programas de desenvolvimento rural (PDR) que concretizam o PEN e cuja definição de medidas e ações a aplicar é da responsabilidade de cada Estado membro. Em Portugal foram criados três programas deste tipo: o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e os Planos de Desenvolvimento Rural dos Açores e Madeira (PRORURAL e PRODEAM, respetivamente).

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) para o período de 2007-2013 define vários eixos de intervenção, no âmbito deste trabalho prestamos especial atenção ao Eixo 4 – Subprograma 3 – Abordagem LEADER, que engloba as seguintes medidas e respetivas ações:

[11] Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).
[12] Segundo Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro.

- Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local;
- Cooperação LEADER para o Desenvolvimento;
- Funcionamento dos Grupos de Ação Local, Aquisição de Competências e Animação.

Assim, conclui-se que os PDR não respondem especificamente ao paradigma da "fetichização", embora reforcem, no âmbito do LEADER, a importância das ADL e das intervenções que promovem um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios.

Outro dos programas que integra obrigatoriamente os objetivos da ENDS é o PNPOT[13] (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território), juntamente com ela constitui o quadro de referência estratégico para todas as intervenções de grande impacto territorial.

3.4. POLÍTICAS À ESCALA NACIONAL – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No quadro jurídico do ordenamento do território os espaços rurais surgem definidos implicitamente no rol de objetivos contidos na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei 48/98, de 11 de agosto). Mais concretamente a LBPOTU assume (na alínea a do art. 15º) uma distinção clara que assenta na classificação do solos em: urbano ou rural. Esta classificação estabelecida nos instrumentos de planeamento territorial de escala municipal (nomeadamente no PDM) – considera solo rural "aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infraestruturas que não lhe confiram o estatuto de solo urbano". Neste sentido o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, num contexto em que a pressão popular acaba frequentemente por se sobrepor aos aspetos territoriais (Abramovay, 2000).

O decreto-lei 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, indica quais os recursos territoriais que devem ser estudados no âmbito dos planos, nomeadamente os recursos e valores naturais, as áreas agrícolas e florestais, a estrutura ecológica e o património arquitetónico e arqueológico. Partindo desta base legal os instrumentos de gestão territorial estabelecem os objetivos e as medidas indispensáveis ao adequado ordenamento do território e organizam-se da seguinte forma:

[13] As disposições mais relevantes do PNPOT serão abordadas no seguinte capítulo.

Âmbito Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.	
	Planos sectoriais	Instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas, definindo cenários de desenvolvimento respeitantes a sectores como a agricultura, florestas e ambiente.	
	Planos especiais	Constituem um meio supletivo de intervenção do Governo tendo em vista a prossecução de objectivos de interesse nacional. Estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território.	
Âmbito Regional	Planos regionais	Definem as unidades de paisagem e identificam espaços agrícolas e florestais com relevância para a estratégia regional de desenvolvimento rural.	
Âmbito Municipal	Planos intermunicipais	Visam articular as estratégias de desenvolvimento económico e social dos municípios envolvidos.	
	Planos municipais	Desenvolvem: à escala do PDM, estratégias para o espaço rural, identificam aptidões e potencialidades e fazem referência a usos e actividades a implantar na sua área de abrangência, aspectos que são espacializados e eventualmente desenhados	Plano Director Municipal
			Plano de Urbanização
			Plano de Pormenor

Figura 4 – Quadro construído a partir do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro

De acordo com a figura 4 podemos afirmar que as políticas de desenvolvimento, as grandes orientações de organização do território e de proteção do Ambiente, à escala nacional, se enquadram no PNPOT.

Resumidamente, o PNPOT define quatro grandes grupos de recursos territoriais: Riscos; Recursos naturais de ordenamento agrícola e florestal (onde se inserem primordialmente os espaços rurais); Sistema urbano e Acessibilidade e conetividade internacional[14].

No âmbito dos Recursos naturais e ordenamento agrícola e florestal constam as seguintes orientações:

- promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas.

[14] MAOTDR (2007). "Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)".

Pelo que se conclui que, à escala nacional, o paradigma da "rurbanização" (difusão do urbano) foi identificado como problemas de resolução prioritária e são lhe apontadas orientações.

3.5. INTERVENÇÕES À ESCALA LOCAL

É à escala local que as estratégias e políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento rural e ambiente (formuladas à escala europeia e nacional) se concretizam.

No âmbito do Ordenamento do Território, os objetivos estratégicos do PNPOT concretizam-se nos planos intermunicipais e municipais (PDM, PU e PP). A elaboração e implementação destes instrumentos são da competência das autarquias locais, pelo que tem vindo a ser comum que os Planos sejam orientados sobretudo para a gestão do solo urbano (onde se observam maiores pressões, iniciativas de investimento e mais oportunidades) negligenciando consequentemente a gestão e ordenamento do solo rural.

No âmbito do desenvolvimento rural apresenta-se seguidamente uma síntese dos tipos de intervenção à escala local, principais programas e instrumentos.

3.5.1. Entidades e principais eixos de intervenção

A estrutura orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)[15] integra a Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), cujos objetivos passam pela gestão sustentável do território, a qualificação dos agentes e a diversificação económica de zonas rurais. É missão da DGADR lançar medidas e instrumentos de política que concretizem estes e outros objetivos de desenvolvimento rural[16].

A organização interna da DGADR estrutura-se em seis unidades orgânicas nucleares, uma delas a Direção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DAS-TAR), à qual compete estudar e propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política relativas às infraestruturas de suporte ao desenvolvimento agrícola e rural, promover e colaborar na conceção e desenvolvimento de ações de revitalização do tecido económico rural, incentivar e apoiar a qualificação das zonas rurais através da conceção e desenvolvimento de ações de

[15] A quem cabe definir a política agrícola, agroalimentar, silvícola, de desenvolvimento rural e das pescas, bem como assegurar o planeamento e coordenação da aplicação dos fundos nacionais e comunitários a favor do aperfeiçoamento das condições de desenvolvimento de territórios rurais.

[16] Segundo Art. 11º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de outubro.

preservação e valorização do património edificado cultural e paisagístico e da promoção e marketing das amenidades rurais[17].

A DAS-TAR dispõe de duas divisões com funções determinantes no âmbito das estratégias de desenvolvimento rural à escala local:

- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais;
- Divisão de Formação e Associativismo.

A estas duas divisões compete uma diversificação de atividades em meio rural baseada nas capacidades dos agentes locais, junto dos quais atuam favorecendo a consolidação do associativismo[18], ações no âmbito das quais a DGADR define três eixos básicos de intervenção (que nos parecem ser os mais pertinentes no âmbito das iniciativas de desenvolvimento à escala local):

- Turismo em Espaço Rural;
- Mercado Social de Emprego;
- Ofícios e Microempresas Artesanais.

3.5.1.1. Turismo em Espaço Rural

O turismo tem sido o eixo de intervenção mais privilegiado pelas políticas e estratégias de desenvolvimento rural. A atividade turística foi a que mais beneficiou, nos últimos anos, dos apoios financeiros de programas comunitários, sobretudo em territórios onde é mais difícil atrair investimentos (Moreno, 1999).

Porém alguns estudos afirmam que o turismo (só por si) não é uma boa base de desenvolvimento regional (Ribeiro, M. e L. Mergulão, 2004). Esta debilidade da atividade turística pode residir nos seguintes aspetos:

- fraca singularidade dos seus atrativos (patrimoniais ou ambientais) – o que num mercado cada vez mas competitivo pode levar ao fracasso do investimento;
- dificuldade de conservar/preservar os atrativos – muitas vezes a própria atividade turística gera dinâmicas de degradação devido ao consumo excessivo dos recursos;
- incompatibilidade de usos – a existência de uma atividade turística associada a características ecológicas inviabiliza a fixação de outras atividades rentáveis que

[17] Segundo Art. 3º da Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de fevereiro.
[18] Segundo Despacho n.º 9185/2007, de 21 de maio.

destruam essas mesmas características, o que leva os municípios a ter de recusar certos investimentos.

Assim, para ter sucesso no campo do desenvolvimento regional/local, o turismo em espaço rural tem de possuir à partida as seguintes especificidades:

- estar ligado às estruturas sociais que conservam valores, modos de vida e de pensamento de comunidade rural;
- ser diferenciado de acordo com a singularidade dos recursos ambientais, da história e das tradições do lugar onde acontece.

Na realidade, em Portugal tem imperado o modelo da "aldeia histórica", que surgiu por influência do programa "Aldeias Históricas de Portugal", promovido pela CCDRC na segunda metade da década de 90. Hoje são conhecidos inúmeros programas na mesma linha, de que o exemplo mais mediático é o projeto "Aldeias de Xisto". Contudo, o tempo tem vindo a demonstrar que este modelo não induz um desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, não evita o fenómeno da desertificação. É aliás nas intervenções de carácter turístico que mais se tem evidenciado o paradigma da "fetichização do rural". Por um lado estes programas permitem levar a cabo ações positivas: reabilitação do edificado e do espaço público, melhoria das acessibilidades e construção de equipamentos e infraestruturas, por outro lado transformam os núcleos rurais em espaços esteticamente idílicos, "museus da ruralidade"[19] mais vocacionados para a fruição dos citadinos do que para a apropriação dos habitantes locais.

3.5.1.2. O Mercado Social de Emprego

Consiste num conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas em atividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado.

No âmbito do desenvolvimento rural destaca-se o programa das escolas-ofício que proporcionam qualificação profissional para o exercício de uma atividade no domínio dos ofícios tradicionais e de novas profissões relacionadas com a valorização do património, contribuindo para o desenvolvimento cultural e regional. Algumas atividades possíveis são: o apoio domiciliário a pessoas dependentes devido ao elevado grau de envelhecimento dos

[19] Expressão pertencente a Luís Moreno (1999).

aglomerados rurais, a manutenção do parque florestal para prevenção de incêndios ou a animação turística.

3.5.1.3. Ofícios e Microempresas Artesanais

Exte eixo básico visa promover a valorização, expansão e renovação dos ofícios tradicionais que se estão progressivamente a perder.

Neste âmbito foi criado o Estatuto de Artesão[20] e o estatuto de unidade produtiva artesanal, com os quais é possível ter acesso a apoios do Estado para o investimento na modernização das oficinas, formação ou participação em feiras. Este enquadramento legal permite ainda, às entidades públicas, assegurar a produção de dados estatísticos e de informação rigorosa e atualizada sobre o setor.

Os projetos de Ofícios e Microempresas Artesanais podem desencadear fortes dinâmicas de desenvolvimento, são bons exemplos a criação de escolas-oficina associadas a estabelecimentos de ensino preexistentes, onde os saberes tradicionais são transmitidos pelos artesãos aos mais jovens, com vista ao desenvolvimento posterior de projetos que combinem técnicas de design contemporâneas com artes e ofícios artesanais.

O Relatório de Execução de Atividades do Programa para a Promoção de Ofícios e das Microempresas Artesanais (2002) apresenta diversos projetos bem sucedidos que visam inovar os saberes tradicionais na perspetiva da adequação ao mercado:

- publicação trimestral e distribuição nacional da revista "mãos", de artes e ofícios co-editada pelo CRAA, o CRAT, o CEARTE e o PPART;
- realização de exposição itinerante ConTradições – Moda Portuguesa, coleção lançada na EXPO'98, divulgando o resultado do trabalho de criadores de moda em parceria com grupos de artesãs;
- projeto "Lanpor – Lã Portuguesa", que visou contribuir para o desenvolvimento das regiões desfavorecidas produtoras de lã. O projeto consistiu numa parceria única que reuniu todos os atores relacionados com a fileira produtiva da lã, da produção ovina à indústria de lanifícios, do artesanato ao *design* e à moda, da investigação à formação profissional;

[20] Através do Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de fevereiro.

- projeto "SMART – Mobilidade transnacional de pessoas em formação nas artes e ofícios", projeto que assenta na criação de um sistema de informação europeu para servir às pessoas ou organizações que desejem realizar um projeto de formação profissional nas artes e ofícios assente na mobilidade transnacional.

3.5.2. Operacionalização das estratégias de desenvolvimento local

O desenvolvimento rural na perspetiva da autoridade local (os municípios) operacionaliza-se através de instrumentos como:

- Agenda 21 Local (A21L), processo participativo que integra os grupos de interesse da comunidade (municípios, cidadãos, técnicos, empresários, associações) através da preparação e posterior implementação de um Plano Estratégico de longo prazo. Procura dar resposta direta às preocupações e prioridades identificadas a nível local;
- Rede Social, que opera numa outra vertente, materializa-se através da criação das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação para uma intervenção na esfera social.

Dar-se-á neste texto maior relevância à Agenda 21 Local, porque se trata de um processo que associa diretamente as intervenções de desenvolvimento rural a questões de sustentabilidade ambiental.

O conceito da A21L tem como base a parceria entre os agentes locais, surge na Cimeira da Terra do Rio de Janeiro e vem reafirmar a nível local os princípios da Agenda 21 (programa da ONU – Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento em prol de um desenvolvimento sustentável).

Apesar de conceptualmente ser bastante rico, o processo A21L depende diretamente do dinamismo e da motivação da administração e técnicos, dos agentes e dos cidadãos, e do interesse de todos por um debate construtivo de ideias que possa gerar consensos sobre desenvolvimento para determinadas áreas do território, pelo que se observa ainda hoje uma adesão limitada de concelhos (aproximadamente 30 projetos de Agenda Local 21 em curso).

Guerra, J., J. Gil, *et al*. (2004) referem, no seu estudo "Agenda 21 Local: Autarcas, participação e desenvolvimento sustentável", que apesar da expressão «desenvolvimento sustentável» estar frequentemente presente no discurso dos políticos, a dificuldade de implementação da A21L em Portugal prende-se desde logo com a fraca adesão das autarquias aos eventos

internacionais de divulgação do programa. Situação que se agrava devido a outros fatores como a inexistência de uma estratégia de implementação nacional e a falta de tradição de participação cívica neste tipo de processos.

Financeiramente, o desenvolvimento local operacionaliza-se através de Planos de Ação Local

(PAL) e Planos de Desenvolvimento Local (PDL) realizados no âmbito do Programa LEADER.

O LEADER marcou, em 1991, o início de uma nova abordagem política de desenvolvimento rural (UE, 2004). Tendo como objetivo diversificar as atividades económicas em territórios rurais, permitiu definir e melhorar abordagens territoriais no sentido de as tornar mais integradas e participadas. Das características desta iniciativa salienta-se, mais uma vez, a importância dada aos Grupos de Ação Local (GAL) que foram os principais beneficiários dos apoios financeiros, sendo também eles os responsáveis pela elaboração e execução de uma estratégia de desenvolvimento obrigatoriamente baseada na valorização dos recursos naturais e culturais dos lugares e na valorização de produtos e saberes locais (UE, 2004).

De acordo com o relatório do Programa Nacional LEADER+, aprovado em 2003, os resultados dos programas LEADER I e LEADER II tiveram um efeito catalisador, induzindo o desenvolvimento e o aparecimento de outras iniciativas locais financiadas exclusivamente com fundos privados, para além de terem fortalecido bastante o papel das ADL, alargando de forma notável o âmbito das suas intervenções.

O último programa, LEADER+, integra alterações resultantes da avaliação crítica dos seus antecessores e assenta em três vetores primordiais:

- V1 (Apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto);
- V2 (Apoio à Cooperação entre Territórios Rurais);
- V3 (Colocação em Rede).

Quanto aos efeitos já avaliáveis do LEADER+, o Relatório Anual de Execução de 2006, revela que:

- se criaram 1 637 novos empregos e permitiu-se a manutenção de 2 277;
- verificaram-se fortes padrões de diferenciação regional quanto ao tipo de projetos aprovados;
- dos projetos aprovados, 96 visam a preservação do ambiente, 3 o investimento em energias renováveis, 222 incidem na proteção, requalificação e renovação do

ambiente natural e 35 são projetos transnacionais, como os "Caminhos de Santiago", o "Festival Europeu de Jardins" ou as "Aldeias de Tradição".

Conclui-se portanto que as políticas de desenvolvimento estão cada vez mais associadas a questões de sustentabilidade ambiental, e que tanto o processo A21L como os PAL e PDL incidem crescentemente em intervenções integradas que visam não só a valorização do potencial humano local, como também ações não agressoras dos sistemas ambientais. Além disso, ao estarem centradas na especificidade das pessoas e dos lugares para impulsionar o tecido económico, é garantido que geram dinâmicas internas que se prolongam no tempo.

4. INCÊNDIOS EM ÁREAS DE INTERFACE URBANO-RURAL

Os incêndios em áreas de Interface Urbano-Rural (IUR), considerados, até à pouco tempo sobretudo um problema específico de outras regiões do Globo (Estados Unidos da América, Canadá e Austrália), estão a gerar grande preocupação também na Europa, devido à expansão das construções, permanentes e secundárias, em áreas florestais. No entanto existem algumas diferenças entre as IUR nos Estados Unidos da América, Canadá ou Austrália e as IUR na Europa (Caballero *et al.*, 2007), devidas quer a fatores físicos, quer às respetivas condicionantes humanas.

Naqueles países desenvolveram-se já estratégias de prevenção e de educação, dirigidas especificamente para as populações das áreas de interface, no sentido de tornar mais eficaz a gestão destas áreas e dos incêndios que as afetam. Algumas destas estratégias passam pela implementação de planos de sensibilização dos proprietários e de evacuação dos residentes e das comunidades ameaçadas ou em situações de risco (por exemplo o programa "Fire Wise", implementado nos Estados Unidos da América, ou o programa "Fire Smart", no Canadá), enquanto que outras vão no sentido do planeamento das próprias infra-estruturas e das próprias habitações (programa "Shelter in Place", implementado nos Estados Unidos da América), aumentando a sua resiliência ao fogo (Godwin e Kobziar, 2009).

Como é conhecido, os incêndios florestais na Europa concentram-se na Bacia Mediterrânea. As áreas florestais aí existentes são propensas a incêndios, têm lenta recuperação e são um pólo de expansão para outras atividades humanas, em particular as relacionadas com o desenvolvimento urbanístico junto a zonas costeiras.

Apesar do relativo consenso no que diz respeito à definição de Interface Urbano-Rural (IUR) utilizada neste trabalho, a qual é sinónimo de áreas de contacto entre o espaço com ocupação agrícola, florestal ou inculto e o espaço edificado (urbano), o mesmo não acontece relativamente à sua identificação e delimitação, constituindo uma tarefa complexa, em virtude das diferenças inerentes às características físicas dos diversos territórios e das suas diferentes formas e intensidades de ocupação por parte do ser humano. De facto, nestas últimas décadas, tem-se verificado uma ocupação crescente e bastante dinâmica, por parte de diversas atividades antrópicas, sendo particularmente intenso o crescimento das áreas edificadas em espaços de anterior uso agrícola e florestal.

Deste modo, em consequência da enorme diversidade de paisagens, mesmo considerando apenas a bacia mediterrânea, aparecem descritas algumas tipologias de IUR para cada um dos diferentes países.

Assim, em França desenvolveu-se uma tipologia IUR onde se combinam dois critérios quantitativos: agregação métrica da vegetação (sem agregação, baixa e alta agregação) e densidade de habitações (baixa, média e alta densidade de habitações), resultando dessa combinação 9 tipos de interfaces (Lampin *et al.*, 2007).

Por sua vez, para sistematizar as diferentes situações existentes na geografia espanhola, estabeleceu-se uma tipologia contendo 17 interfaces, divididas em três grandes grupos: interfaces com floresta densa, interfaces com matos e interfaces em mosaicos agro-florestais (Caballero *et al.*, 2007).

Também em Portugal os incêndios em IUR têm vindo a ganhar relevância. Com efeito, já em 1995, dois incêndios florestais entraram no perímetro urbano de Coimbra, respetivamente a 13 e 15 de Agosto, tendo lançado o pânico na cidade (Lourenço, 1999). Depois disso, sobretudo nas povoações vizinhas, as chamas voltaram a aproximar-se com perigo, por diversas vezes, de casas de habitação.

Mas, foi sobretudo em 2003 e 2005 que, uma sucessão de situações não usuais, deu origem à ocorrência de incêndios florestais a invadirem áreas urbanas, causando elevados prejuízos materiais e perda de vidas humanas, trazendo a questão dos incêndios em IUR para a agenda pública e científica (Ferreira *et al.*, 2006; Lourenço e Rainha, 2006).

Aliás, no ano de 2005, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) já definia como um dos seus objetivos operacionais, com vista ao aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, a proteção das zonas de interface urbano-florestal (Lourenço, 2005).

Com efeito, nas IUR, o problema dos incêndios é devido, na maioria das situações e em primeiro lugar, ao fracasso da implementação de uma estratégia de ordenamento do território, bem como à ausência de planeamento, quer a nível urbano, quer a nível florestal e, em especial, ao nível da defesa da floresta contra incêndios (Lourenço e Rainha, 2006; Cruz, 2007).

Algumas das principais dificuldades relacionam-se com a falta de Ordenamento do Território, que se traduz em: inexistência de uma delimitação clara dos aglomerados populacionais; presença de habitações dispersas e, normalmente, muradas; existência de grandes quantidades de vegetação combustível em redor e no interior dos logradouros das edificações; presença de infra-estruturas de risco que requerem atenção imediata (zonas de concentração humana com reduzida mobilidade: lares, escolas, locais de armazenamento de produtos

inflamáveis no interior dos logradouros ou em áreas contíguas: bombas/depósitos de combustíveis, de lenhas, etc.) (Duarte, 2005; Lourenço e Rainha, 2006).

A maioria das estratégias passa apenas pela limpeza de faixas e pela sensibilização e informação da população (Lourenço, 2005; Duarte, 2005), sem, no entanto, haver uma estratégia regional ou um planeamento integrado. A implementação de planos nacionais dirigidos especificamente para as IUR tem vindo a ser proposta.

Contudo, as IUR apresentam características muito diversas em Portugal, e nalguns casos, as diferenças entre regiões são enormes. A somar a isto, temos a normal dificuldade (financeira e operacional) que, habitualmente, a máquina administrativa nacional tem na implementação e viabilização deste tipo de Planos e Programas, pelo que não se nos afiguram viáveis. Sendo assim, a aposta deverá passar pela regulamentação ao nível regional e intermunicipal.

Também parece ser imprescindível uma aposta séria na formação dos diferentes agentes e na educação da população em geral, tanto mais que estes incêndios não ocorrem por falta de legislação (Duarte, 2005), uma vez que a mesma existe (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 Junho e Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho), sendo alguma dela até muito recente (Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

Ora, entre áreas florestais e áreas habitadas, podem considerar-se, por exemplo, dois tipos de interface: uma "*Zona habitacional compacta que confina diretamente com a floresta*" e uma "*Zona habitacional ou casas dispersas misturadas com a vegetação florestal*" (Catarino, 2003). Contudo, esta classificação parece-nos muito geral e pouco precisa, na medida em que são muitos os exemplos de habitações (de segunda residência e outros) que não se encaixam facilmente nesta proposta, pelo que seria vantajoso adotar uma nova tipologia de IUR para Portugal.

Com efeito, são vários os exemplos de habitações de segunda residência, muitas delas de emigrantes, em que os pátios, jardins e quintais, bem como algumas terras de cultivo, lentamente, começaram a ficar ocupadas por vegetação espontânea que, gradualmente, passou de vegetação herbácea para sub-arbustiva (mato) e, nalguns casos, o seu completo abandono, até conduziu ao crescimento de vegetação arbórea, aumentando assim, significativamente, a carga de combustível na proximidade das habitações e, ao mesmo tempo, proporcionando uma continuidade de vegetação extremamente nefasta para os edifícios.

Nestas condições, a probabilidade destes edifícios arderem é muito maior, já que está favorecida a ignição dos combustíveis adjacentes, quer pela projeção aérea de partículas

incandescentes, quer pelo contacto direto, em resultado da progressão das chamas de um incêndio vizinho.

Uma outra vertente do problema, que também merece ser analisada, está relacionada com as práticas das pessoas, que não se preocupam em prevenir estas situações, bem como com alguns hábitos dos bombeiros, que, por vezes, passaram a esperar junto aos edifícios a aproximação das chamas, para depois as combaterem, em vez de tentar travar o incêndio na floresta, costumes que, naturalmente, tanto uns como outros necessitam de mudar urgentemente (Lourenço, 2008).

Neste contexto, propusemo-nos a identificar uma metodologia que fosse expedita para definir e delimitar áreas de IUR, aplicando-a a uma unidade específica do território, os concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, de modo a avaliar a sua eficácia e adequação aos propósitos inicialmente enunciados para, se resultar, poder vir a ser proposta a sua aplicação ao todo nacional.

A metodologia adotada nesta análise das IUR baseou-se na aplicação e adaptação da tipologia das áreas urbanas, elaborada pelo Instituo Nacional de Estatística, a qual teve em conta fatores estatísticos, bem como aspetos ligados ao ordenamento e planeamento do território, propostos pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), e que foi implementada pelo Conselho Superior de Estatística (Deliberação n.º 488/98) no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.

Esta tipologia define três conjuntos de áreas:

- ✓ A primeira delas corresponde às Áreas Predominantemente Urbanas (APU), que integram:
    - as freguesias urbanas (aquelas que apresentam uma densidade populacional superior a 500 hab./km^2 ou que integram um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes);
    - as freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes;
    - as freguesias semi-urbanas (correspondentes às freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./km^2 e inferior ou igual a 500 hab./km^2, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes) contíguas às freguesias

urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

- as freguesias semi-urbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento.

Pelo facto dos limites destas áreas serem coincidentes com os da freguesia, entendemos ser mais correto denominá-las por Freguesias Predominantemente Urbanas (FPU).

✓ O segundo conjunto diz respeito às Áreas Mediamente Urbanas (AMU), que designamos por Freguesias Mediamente Urbanas (FMU) e integram:

- as freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana;
- as freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana.

Por último, as Áreas Predominantemente Rurais (APR), que apelidamos de Freguesias Predominante Rurais (FPR), onde se enquadram os restantes casos.

Nesta primeira abordagem à definição e delimitação das áreas de Interface Urbano-Rural, baseada na desagregação territorial ao nível das freguesias, considerámos fazer sentido, analisando as características gerais dos espaços integrados nas tipologias acima enunciadas, incluir neste conceito as classes consideradas como “áreas mediamente urbanas”, bem como a classe das freguesias semi-urbanas integradas nas “áreas predominantemente urbanas” (Fig. 5).

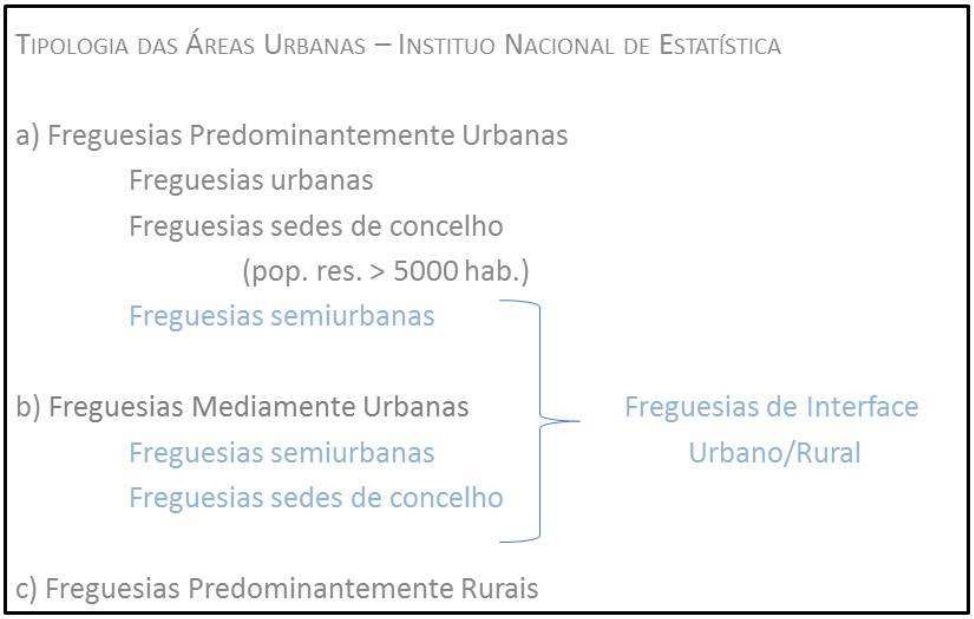

Figura 5 - Adaptação das áreas urbanas (INE) às freguesias de IUR

Fonte: INE

Apesar do relativo grau de imprecisão que esta tipologia empresta ao método, pela falta de detalhe na análise dos espaços de interface, a relação estabelecida com a densidade populacional inerente a esta tipologia permite-nos, de uma forma expedita, proceder à delimitação, a uma escala regional ou nacional, das IUR. Neste sentido, constitui, no nosso entender, um valioso instrumento de gestão territorial, permitindo adequar, de forma expedita, as estratégias de gestão de IUR, específicas de espaços com características genericamente idênticas, a um âmbito territorial mais abrangente.

5. AS IUR NOS CONCELHOS DE ALMEIRIM, ALPIARÇA E CHAMUSCA

Para caracterizar as IUR nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, começou por se fazer uma descrição sumária da região, passando, depois, à aplicação da metodologia proposta, a que se segue a avaliação e discussão dos resultados obtidos.

Como vimos, a necessidade de averiguar a adequação da metodologia proposta à definição e delimitação das IUR levou-nos a eleger uma área de estudo que se enquadrasse em critérios territoriais/espaciais compatíveis com a tipologia de áreas urbanas que nos serviu de base. Neste sentido, considerámos uma unidade territorial à escala dos três concelhos, Almeirim, Alpiarça e Chamusca, pertencentes ao distrito de Santarém.

Trata-se de uma unidade territorial constituída por três concelhos (Fig. 6), que apresentam variações significativas ao nível do número de freguesias, bem como ao nível da área, apresentando-se Chamusca e Alpiarça como os extremos em ambos os indicadores (Fig. 7).

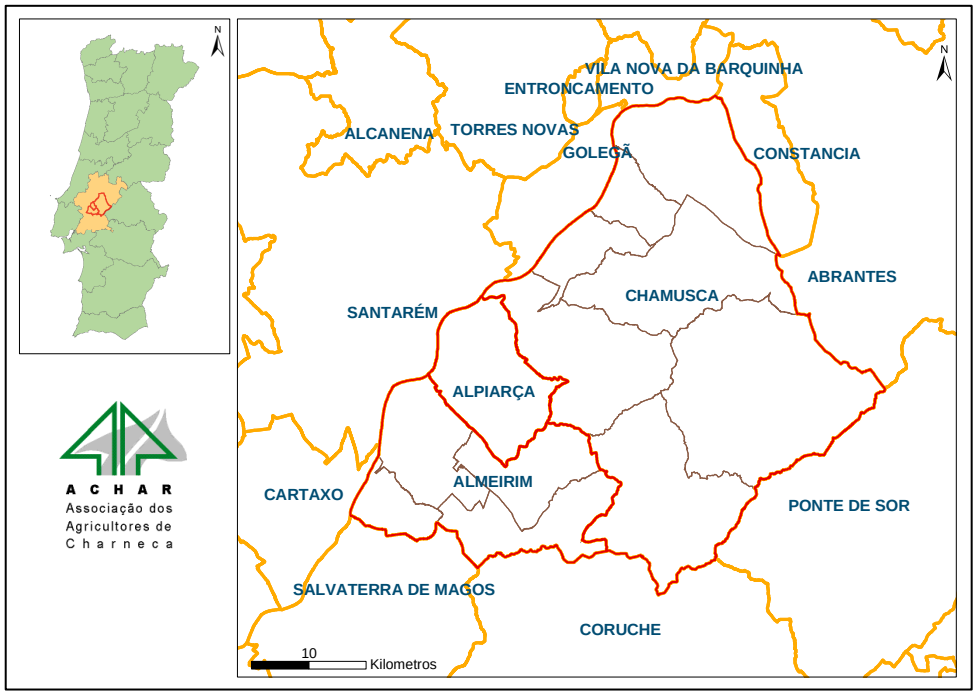

Figura 6 - Concelhos que integram a área de estudo

Fonte: ACHAR, 2010

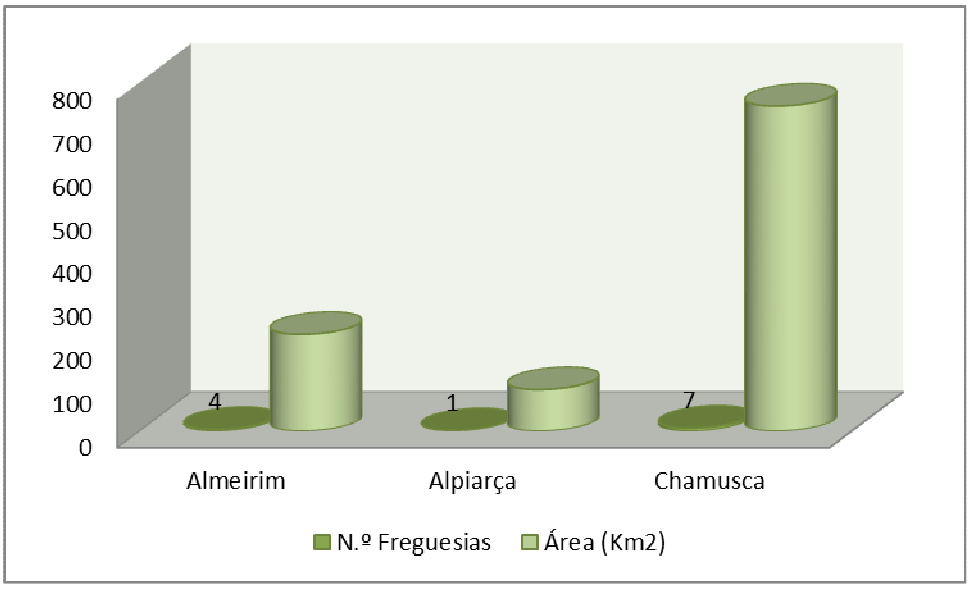

Figura 7 - Número de freguesias e área dos três concelhos

Fonte: CAOP, 2012

Quanto ao número de freguesias, distingue-se o concelho mais a norte, caracterizado por condições físicas que conduziram a uma ocupação do espaço mais intensa, traduzindo-se numa divisão administrativa ao nível submunicipal mais acentuada. Assim, observa-se um maior número de freguesias no concelho da Chamusca em contraste com o concelho de Alpiarça com uma única freguesia.

No que diz respeito à área ocupada pelos concelhos, verifica-se que dois concelhos apresentam uma área considerável, acima dos 200 km^2. Ao nível das freguesias, também se observa que, no município mais montanhoso, Chamusca, a área por elas ocupada é superior à dos restantes concelhos, nomeadamente as freguesias de Carregueira, Chouto, Parreira, Ulme e Vale Cavalos.

5.1. APLICAÇÃO

Os aspetos considerados anteriormente são importantes porque vão ter repercussão na delimitação das IUR. Com efeito, observa-se uma concentração das Freguesias Predominantemente Rurais (FPR) nos sectores de charneca da região em análise, enquanto que as Freguesias Predominantemente Urbanas (FPU) se localizam nos concelhos mais densamente ocupados pela população (Fig. 8). Porém também estes concelhos apresentam freguesias integradas nas IUR, sendo a Chamusca a única com mais de uma freguesia. Por sua vez, o concelho de Alpiarça, pela sua característica de ter apenas uma freguesia, enquadra-se exclusivamente na FPU.

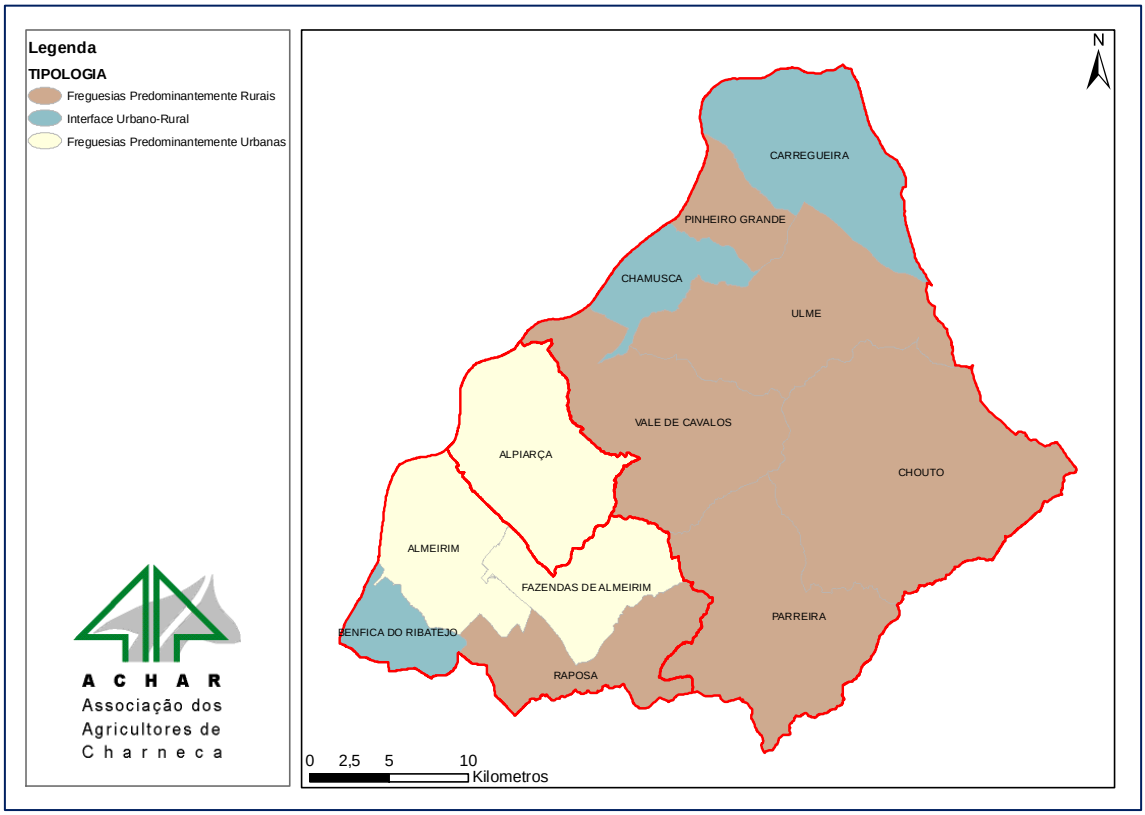

Figura 8 - Identificação das IUR nos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

Fonte: CAOP, 2012

No conjunto dos três concelhos, verifica-se um predomínio das freguesias integradas nas FPR (Fig. 9).

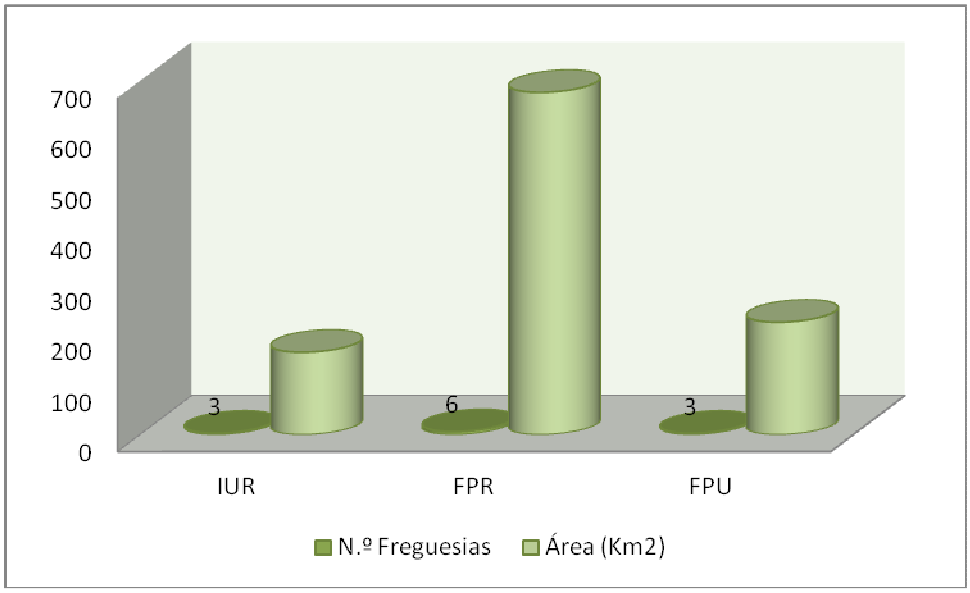

Figura 9 - Número e Área das Freguesias por Tipologia

Fonte: CAOP, 2012

5.2. AVALIAÇÃO

A análise dos incêndios ocorridos nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca no período compreendido entre 2001 e 2011 (Fig. 10), permitiu-nos identificar os principais padrões de ocorrência, em função da tipologia implementada. Desde modo, a distribuição das áreas ardidas ocorre maioritariamente nas FPR, que também registam os incêndios florestais de maiores extensões.

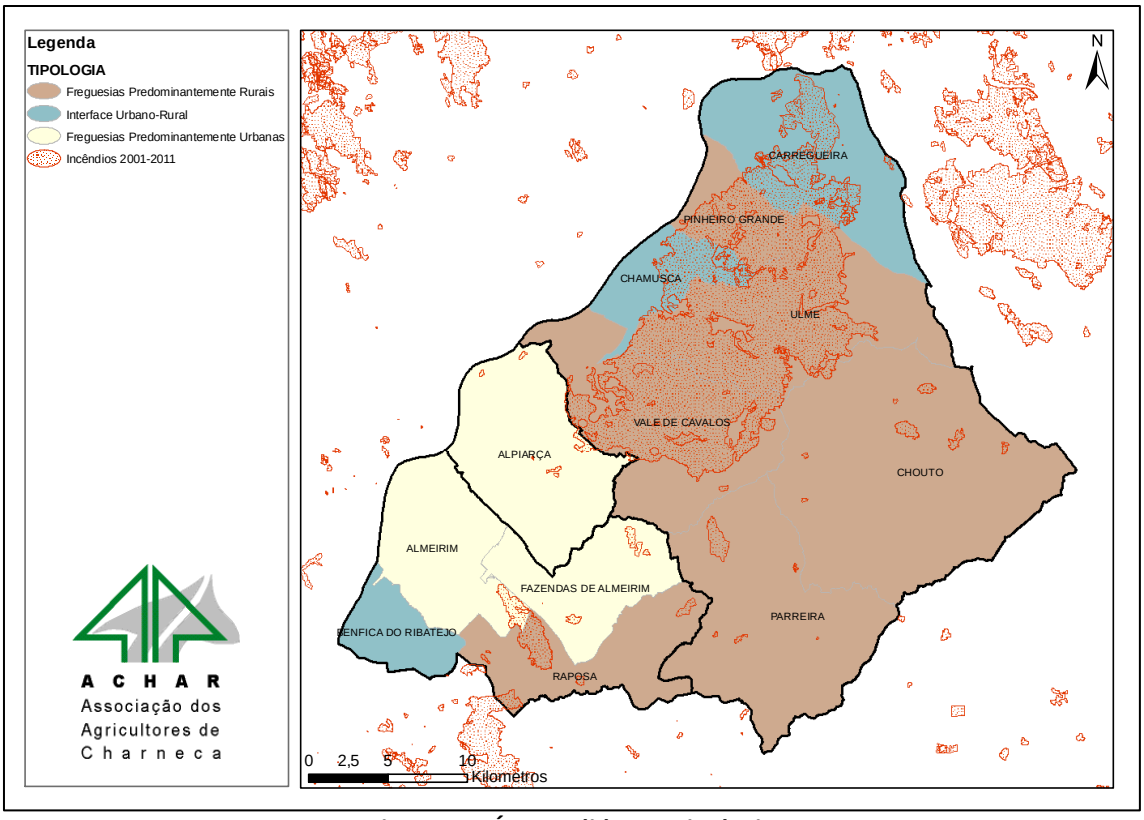

Figura 10 - Área Ardida por Tipologia

Fonte: CAOP, 2012 e AFN, 2012

As áreas ardidas em IUR, apesar de apresentarem valores inferiores, são, ainda assim, bastante significativas, contabilizando cerca de 42,357 Km^2. Aspeto relevante é a recorrência de incêndios nas IUR, atingindo, nalgumas situações, quatro ou mesmo cinco ocorrências no mesmo local, para o período considerado (dez anos, 2001-2011). As características de elevada proximidade entre fonte de ignição (frequentemente relacionadas com as atividades humanas) e material combustível, torna estas áreas mais vulneráveis à ignição de incêndios florestais, ainda que isso não se traduza diretamente num maior número de ocorrências ou em maior área ardida, quer pela probabilidade de um alerta prematuro ou atempado, quer pela maior proximidade de maior número de meios de combate aos incêndios, do que acontece nas FPR.

5.3. DISCUSSÃO

A análise dos dados disponíveis confirma, efetivamente, uma maior vulnerabilidade das IUR do que as FPU e FPR, constituindo espaços onde as características de ocupação do solo e os fatores desencadeantes dos incêndios florestais se conjugam de forma propícia à sua ocorrência e consequente evolução.

Com efeito, as freguesias integradas nas IUR, obtidas a partir da metodologia adotada, apresentaram comportamento uniforme, caracterizado por elevado número de focos de incêndio e áreas ardidas, com valores significativos, embora inferiores aos das FPR.

Porém, se esta metodologia pode parecer adequada para a avaliação das áreas de IUR, tendo em conta a divisão administrativa do território, uma análise mais minuciosa e pormenorizada mostra que no seio de áreas predominantemente urbanas, por exemplo, se encontram inúmeras situações de interface, com simultaneidade de ocupação urbana e rural, as quais apresentam um elevado risco de ignição de incêndio, constituindo-se como autênticas IUR integradas nas FPU.

Do mesmo modo, se bem que com menos frequência, também nas áreas predominantemente rurais, se podem encontrar IUR que, nestes casos, quase sempre resultam do avanço da floresta para áreas situadas junto às habitações e que, anteriormente, eram agrícolas, mas que em resultado do conhecido abandono agrícola, consequência do êxodo rural, paulatinamente foram sendo ocupadas por floresta.

Por outro lado, nas freguesias consideradas como áreas de Interface Urbano/Rural, nem toda a sua área é efetivamente espaço de IUR, pelo que a tipologia proposta carece de afinação, de modo a poder abarcar também estas situações, que, normalmente, correspondem a espaços com dimensão inferior à da freguesia na qual se incluem.

6. INCÊNDIO 2003

Há um quarto de século que os incêndios florestais constituem a mais séria e crescente ameaça à floresta portuguesa, empobrecendo o País, deprimindo o estado de ânimo nacional, destruindo valor de forma sistemática e comprometendo severamente a sustentabilidade económica e social do território.

É reconhecida a importância que a floresta tem em termos ambientais, ecológicos, económicos e sociais. Em Portugal, a expansão da floresta data de meados do século XX, associada ao processo de industrialização, ao aumento da procura de matérias-primas e ao despovoamento das áreas rurais. As dimensões territorial (cerca de 37% do território do Continente é ocupado por floresta), económica e social (a fileira florestal gera cerca de 3% do VAB nacional e 14% do PIB industrial, envolvendo 400 mil proprietários e 160 mil postos de trabalho) revelam a presença maciça da floresta na paisagem e o seu significado socioeconómico.

Em 2002, a madeira, a cortiça, o papel e a pasta foram responsáveis por 9,4% das exportações portuguesas, com destaque para a cortiça de que Portugal é o maior produtor mundial (65% das exportações à escala global). Portugal surge assim como um país "especializado em atividades silvícolas", sendo o terceiro estado membro da UE (a seguir à Finlândia e à Suécia) onde "o sector florestal tem mais peso no PIB" (Relatório da Comissão Eventual para os Incêndios Florestais, 2004:19).

A propriedade é dominantemente privada (87%), minifundiária (85% das explorações têm uma área inferior a 5 hectares) e dispersa, fatores que associados ao envelhecimento da população favorecem o abandono e o desinteresse dos proprietários, dificultando a gestão da floresta.

Nas últimas duas décadas e, em particular nos últimos anos, a floresta tem sido sucessivamente delapidada por violentos incêndios, constituindo a maior ameaça à integridade ecológica e à viabilidade económica da floresta em Portugal (Fig. 11).

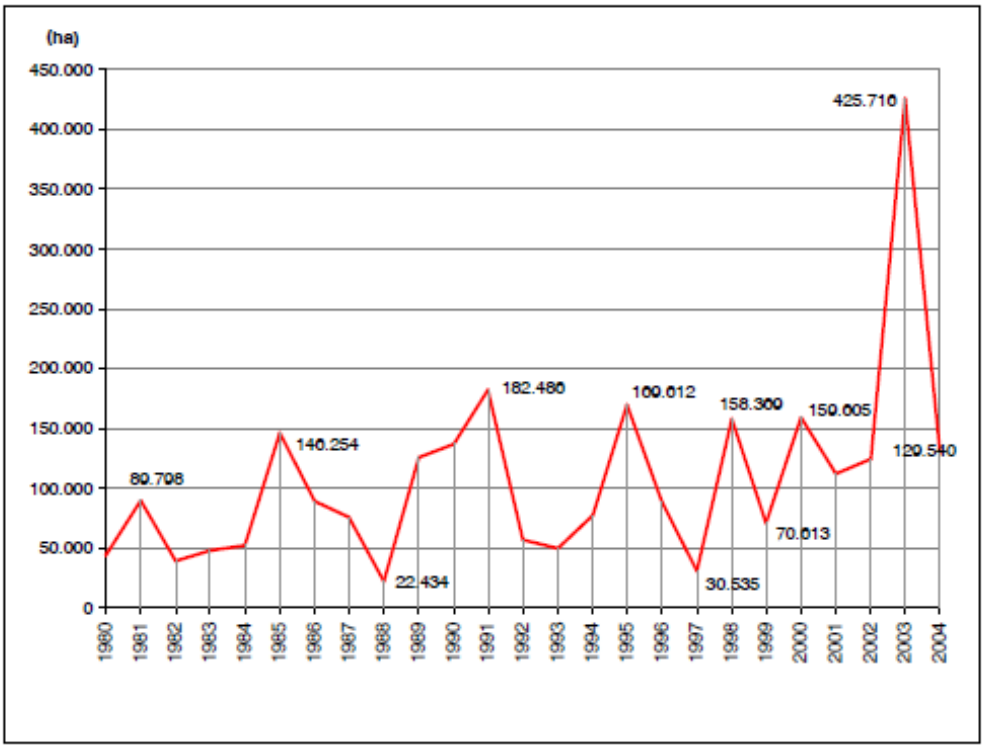

Figura 11 - Portugal: Área ardida Total (1980-2004)

Fonte: DGRF, 2005

Entre 1980 e 2003, houve cerca de 400 mil incêndios florestais que consumiram mais de 2,5 milhões de hectares de floresta, números impressionantes divulgados pelo Sistema Europeu de Informação sobre Fogos Florestais (EFFIS), que tornam Portugal no país com mais incêndios do Sul da Europa (38% do total) nos últimos 25 anos e um dos que apresenta maior área ardida, apesar da menor superfície territorial[21].

Em especial, os últimos três anos foram marcados por um elevado número de incêndios que causaram grande devastação - 425 mil hectares ardidos em 2003, 130 mil hectares em 2004 e, até 11 de Setembro de 2005, 255 mil hectares – o que totaliza 810 mil hectares destruídos em apenas três anos.

Acresce que a maioria dos territórios mais afetados são regiões pobres, com uma fraca base económica, em grande parte dependente da floresta (além do corte e venda da madeira, oficinas de serralharia e carpintaria, mel, ervas aromáticas e o turismo, que já começa a ter alguma expressão). Esta base económica ficou fortemente afetada pelos incêndios, colocando-

[21] Em 2004, mais de um terço (37%) da área ardida na Europa do Sul voltou a ser portuguesa e Portugal foi o único dos 5 países – onde se incluem também a Espanha, França, Itália e Grécia - onde o fogo consumiu mais floresta do que a média dos últimos 25 anos (*Público*, 10.08.2005). Em 2005, os números são ainda mais dramáticos: cerca de 65% do total de área ardida no Sul da Europa (até ao início do mês de Setembro), quase duas vezes e meia a área ardida em Espanha.

se a questão do modelo de desenvolvimento futuro para estes territórios: se uma repetição do modelo anterior, se um modelo alternativo e mais prudente em matéria de prevenção de catástrofes. É este tema que gostaríamos de desenvolver em investigação futura, procurando aqui fazer um primeiro levantamento e propor uma metodologia de pesquisa.

6.1. AS REGIÕES MAIS ATINGIDAS

Com base num inquérito lançado em 2003 junto das autarquias, a Direção Geral dos Recursos Florestais definiu os concelhos mais afetados, bem como as regiões mais propícias a incêndios.

É esta a área que nos propomos estudar e que abrange 32 concelhos[22] das NUTS 3 - Pinhal Interior e Beira Interior, na Região Centro, Ribatejo, Alto Alentejo e Algarve. Estas regiões constituem o território de atuação das quatro comissões regionais de reflorestação criadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 17/2004, na sequência dos fogos florestais do Verão de 2003. Nestes concelhos foram atingidos cerca de 280 000 ha, correspondendo a 66% da área queimada nesse ano em Portugal. A identificação das regiões prioritárias assentou nos seguintes critérios (Conselho Nacional de Reflorestação, 2004:6):

- Terem sofrido fogos florestais de grande dimensão, que tivessem afetado uma parte significativa do território municipal/regional;
- Possuírem anteriormente espaços florestais arborizados.

No conjunto destes concelhos, os mais afetados em termos de proporção de área ardida (Fig. 12) foram Monchique e Vila de Rei - com mais de 75% do seu território lesado - e Oleiros (mais de 50%), Gavião e Mação (cerca de 50%).

[22] Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Fundão e Pampilhosa da Serra, Abrantes, Chamusca, Constância e Sardoal, Alter do Chão, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sôr e Portalegre, Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão, Silves, Vila do Bispo, Almodôvar, Tavira, Loulé e São Brás de Alportel.

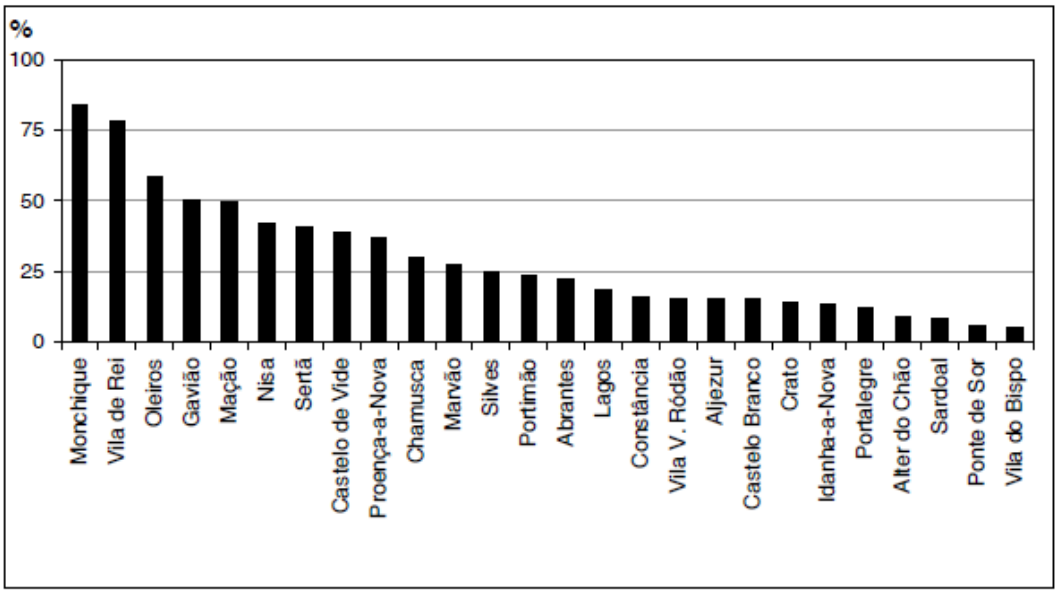

Figura 12 - Proporção de área ardida por concelho, 2000-2004

Fonte: INE, 2005

Já em termos de povoamentos ardidos – mas apenas no ano de 2003 – observamos (Fig. 13 e 14) um conjunto de quatro concelhos (Sardoal, Constância, Abrantes e Vila do Rei) em que a totalidade dos povoamentos foi afetada, seguindo-se-lhe um outro grupo de cinco concelhos (Sertã, Proença-a-Nova, Ponte de Sôr, Oleiros e Mação) em que mais de 90% dos povoamentos foram igualmente afetados.

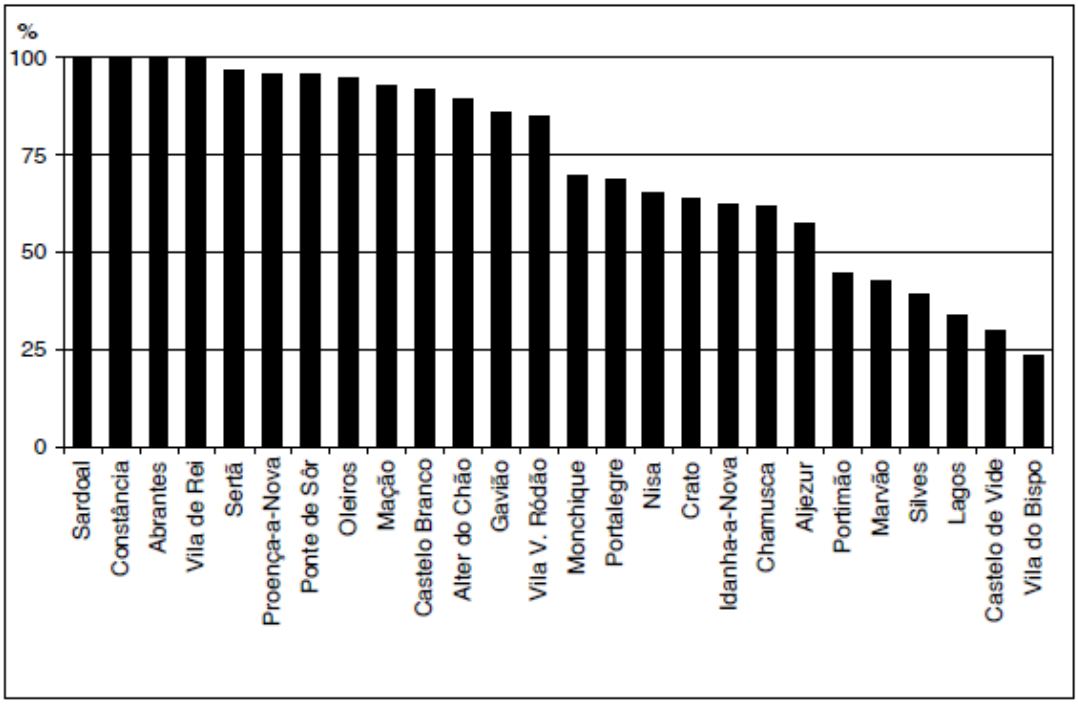

Figura 13 -Proporção de povoamentos ardidos na área ardida total, 2003

Fonte: INE, 2004

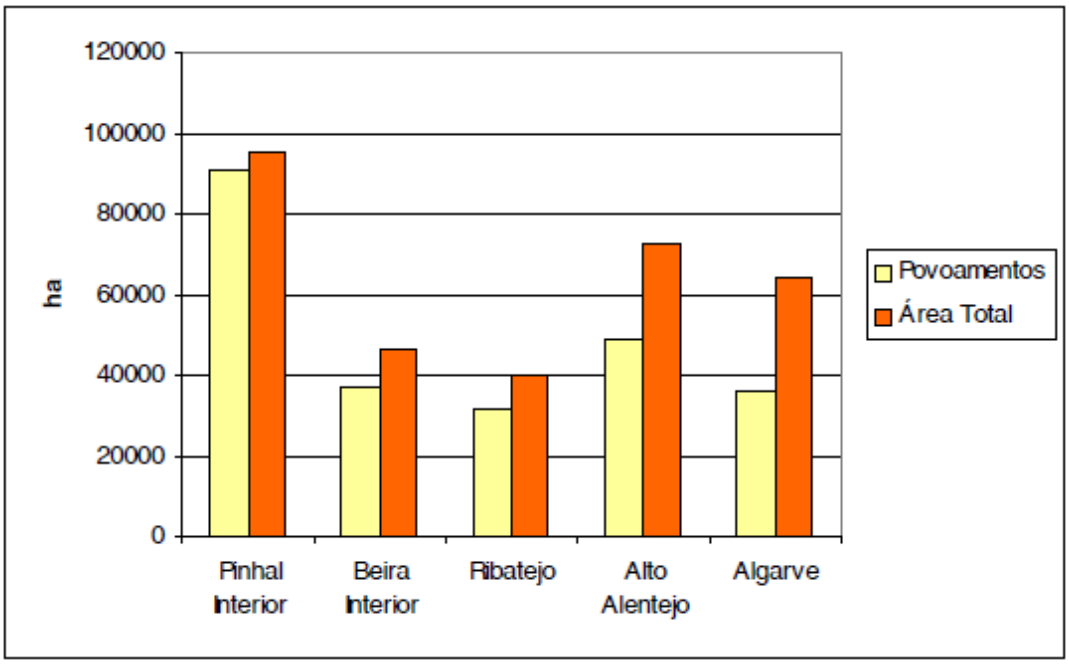

Figura 14 - Povoamentos afetados no total da área ardida, 2000-2004

Fonte: DGRF, 2005

6.2. O ANO TRÁGICO DE 2003

6.2.1. Danos Gerais

No Verão de 2003, Portugal assistiu à pior época de fogos florestais de sempre. Para além da enorme área ardida (425 700 hectares, dos quais 212 000 hectares em povoamentos florestais) há a registar danos muito diversos[23]. Em primeiro lugar, a morte de 20 pessoas, para além de um número indeterminado de outras, marcadas pela morte de familiares, amigos e vizinhos ou pela perda dos seus haveres, materiais e imateriais.

Em segundo lugar, 244 habitações destruídas ou parcialmente danificadas, afetando 7 735 pessoas de 3 848 famílias, grande parte delas com idades relativamente avançadas e fracos meios de subsistência: 45% eram reformados, 10% domésticas e só 25% estavam empregados.

Em terceiro lugar, danos em mais de 2 500 edifícios, sendo os concelhos de Oleiros (585 edifícios), Sertã (391), Mação (383) e Vila de Rei (136) os mais afetados. Do total dos edifícios atingidos, 2 280 eram instalações ocupadas por atividades económicas, que afetaram diretamente 62 empresas.

Em quarto lugar, registaram-se danos significativos em áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Sítios e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000, com graves consequências para a biodiversidade, resultantes de 109.000 ha de área ardida, valor três vezes superior à média dos cinco anos anteriores em áreas protegidas.

Por último, emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa, estimadas em cerca de 2,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, em emissões de metano e óxido nitroso (*Público*, 22.10.2003), o que poderá ter contribuído para um aumento de quase 5% nas emissões de gases com efeito de estufa em Portugal.

6.2.2. Os Danos no Edificado

Embora a grandeza dos indicadores de área ardida apresentados, revele, por si só, a dimensão da catástrofe, da sua leitura não transparece o drama vivido por famílias que, para além de perderem parte da suas principais fontes de rendimento (floresta, olival,...), por vezes perdem também o local de trabalho e, ainda mais grave, a habitação e os bens que juntaram ao longo da vida.

[23] Os prejuízos diretos foram estimados em cerca de mil milhões de euros (INE, 2004).

Tomando como exemplo apenas o ano de 2003 - é certo que o mais grave de sempre em termos de área ardida -, verifica-se que, em pelo menos 23 dos 32 concelhos mais afetados pelas chamas, o património edificado foi também atingido com maior ou menor gravidade. Embora não se saiba, ao certo, quantos alojamentos foram efetivamente danificados, parcial ou totalmente, naquele ano, os números disponibilizados pelo INE no *Inquérito ao Edificado*, apontam para mais de meio milhar (546 alojamentos), dos quais quase três centenas (298 alojamentos) em apenas seis concelhos: Oleiros (78), Mação (68), Vila de Rei (46) e Proença-a-Nova (36) no Pinhal Interior Sul, Chamusca (31) no Ribatejo e Monchique (39) no Algarve. Do conjunto de alojamentos afetados (546) apenas 2/5 (216) correspondiam a residências habituais dos seus ocupantes (Fig. 15); os restantes eram alojamentos de uso sazonal / residência secundária (230) ou encontravam-se vagos (102). Excluindo os alojamentos destas duas últimas categorias (68% dos quais ficaram sem condições de habitabilidade), verifica-se que 53% dos alojamentos efetivamente ocupados como residência habitual ficaram sem quaisquer condições de habitabilidade.

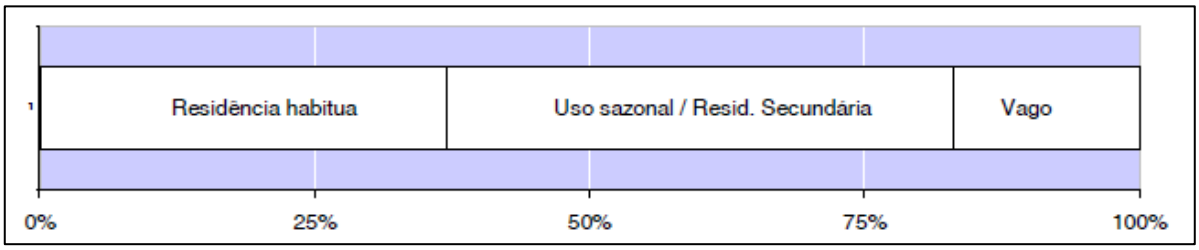

Figura 15 - Tipo de Ocupação dos Alojamentos Atingidos, 2003

Só em 2003, a tragédia afetou diretamente 329 indivíduos, 157 dos quais ficaram desalojados[24] (Fig. 16). Os concelhos de Chamusca (37), Abrantes (24), Monchique (24), Oleiros (23) e Vila de Rei (11) contam-se entre os que apresentam o número mais elevado de casos, mas o drama dos desalojados foi vivido também em dez outros concelhos da área de estudo e em mais sete fora deste limite[25].

Os danos nos não-alojamentos elevaram-se a mais de 14 milhões de euros (2,8 milhões de contos) segundo a estimativa apurada para 22 dos 26 concelhos em estudo. Os prejuízos mais elevados dizem respeito aos concelhos do Pinhal Interior Sul (2/5), sobretudo Oleiros (5,1 milhões de euros) e Sertã (3,7 milhões de euros) seguindo-se-lhe por ordem de importância, Mação, Vila de Rei, Gavião e Nisa, com estragos avaliados entre 500 mil e um milhão de euros.

[24] No conjunto do país, foram afectados 414 indivíduos e o número de desalojados elevou-se a 192 em 22 concelhos.
[25] Concelhos de: Guarda (11 desalojados), Grândola (6), Batalha (5), Pampilhosa da Serra (5), Celorico da Beira (4), Covilhã (2) e Mafra (2).

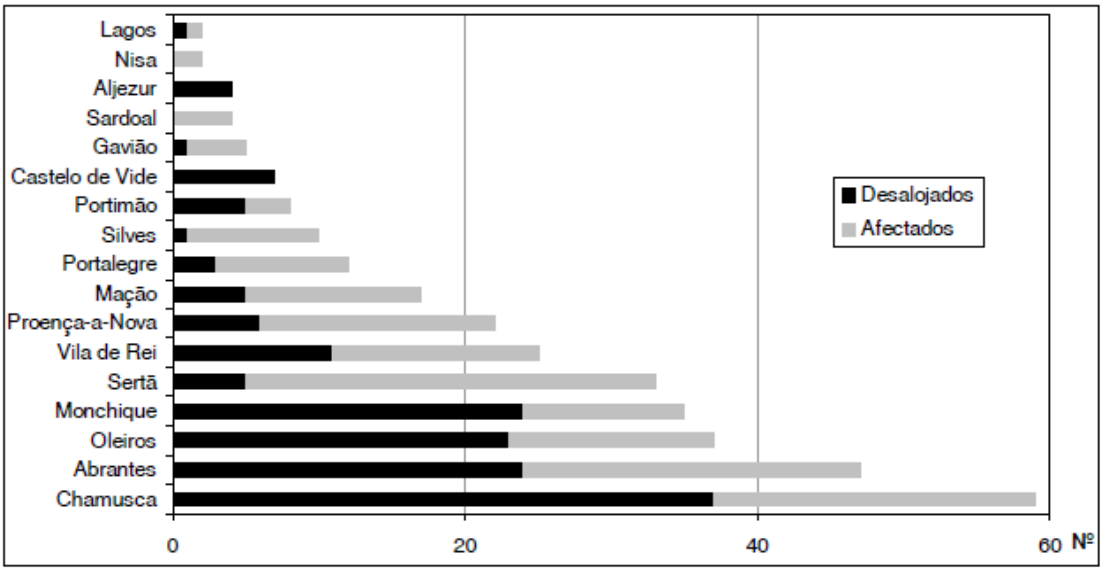

Figura 16 - Desalojados e afetados, 2003

Fonte: INE, 2004

No total, 2.280 instalações foram afetadas pelo fogo (Fig. 17): 694 no concelho de Oleiros; 396 no da Sertã; 109 no de Vila de Rei, e por aí adiante... A esmagadora maioria (87,5%) ficou sem condições de funcionamento e apenas pouco mais de duas centenas (211) puderam continuar a laborar, mesmo com condições reduzidas.

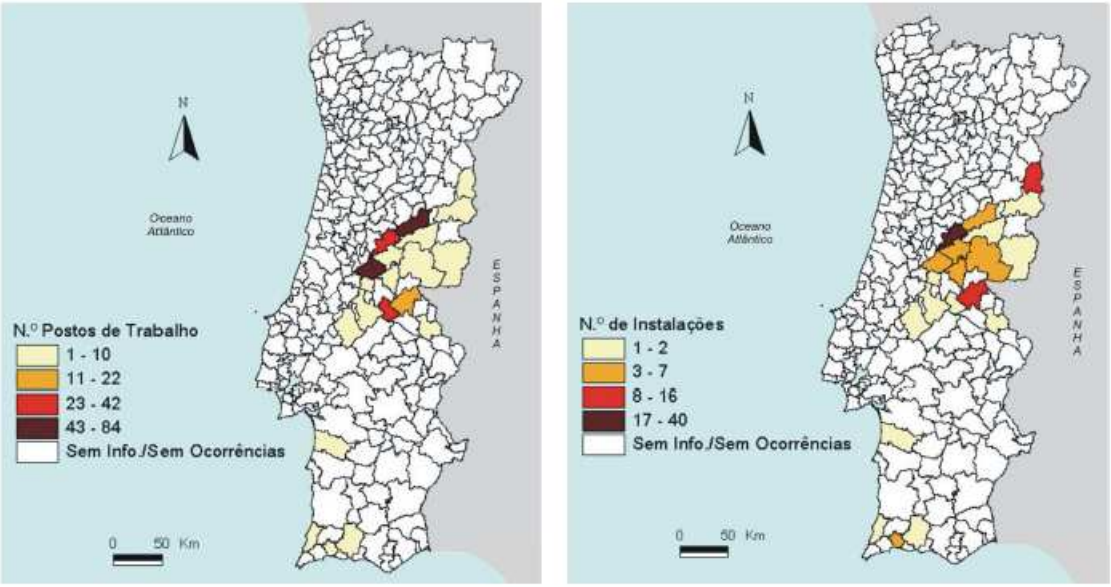

Figura 17 - Postos de trabalho e instalações afetados, 2003

Fonte: INE, 2004

Do total das instalações afetadas, mais de uma centena (107) tinha postos de trabalho, resultando mais de três centenas de trabalhadores no desemprego, a maior parte dos quais nos concelhos da Sertã (59), Gavião (32) e Nisa (22). Quer isto dizer que, excetuando a Sertã, aos concelhos com maior número de instalações afetadas não correspondeu uma maior perda de postos de trabalho; no entanto, em concelhos economicamente muito débeis, como é o caso, a perda de postos de trabalhos tem sempre grande significado.

6.3. APOIOS CONCEDIDOS

6.3.1. Apoios Públicos

Na sequência dos elevados danos causados pelos incêndios florestais, o Governo decretou a situação de calamidade pública em onze dos dezoito distritos do Continente (Bragança, Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Portalegre, Leiria, Setúbal, Faro, Lisboa e Beja) e aprovou medidas e apoios extraordinários que se traduziram na atribuição, a título excecional, de quase 4,6 milhões de euros (917,6 milhões de contos) até ao final de Janeiro de 2004 (Fig. 18).

Durante este período, 3 591 titulares de agregados familiares, correspondendo a 7021 pessoas, receberam apoios vários. Os trabalhadores das empresas diretamente afetadas pelos incêndios beneficiaram de um subsídio de compensação dos rendimentos do trabalho: 15 230 euros haviam já sido atribuídos até ao final de 2003.

Apoios até 31 Janeiro 2004	Valores (€)
Subsídios de sobrevivência	1 654 587
Subsídios mensais complementares	2 853 260
Protecções sociais complementares	11 549
Apoios sociais de natureza eventual	57 670
TOTAL	4 577 066

Figura 18 - Apoio às vítimas dos incêndios de 2003

Fonte: Instituto de Solidariedade e Segurança Social

O Ministério das Finanças lançou duas linhas de crédito especial, uma de apoio à reparação dos danos provocados em equipamentos e infraestruturas municipais de relevante interesse público (DL nº211/2003 de 17 de Set.) e outra destinada a apoiar as empresas atingidas pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003. Nesta última, previa-se o apoio de mais de 2,2 milhões de euros a 39 empresas elegíveis cujos prejuízos totais atingiam três vezes e meia este montante: mais de 7,9 milhões de euros.

O Ministério da Administração Interna apoiou também muitos corpos de bombeiros para fazer face, quer à destruição e danificação de viaturas e demais materiais envolvidos no combate aos incêndios, quer às despesas acrescidas de combustível e alimentação, cujo montante, no seu conjunto, até finais de Março de 2004, atingia já 1,66 milhões de euros (Fig. 19).

Apoios até 31 Março 2004	Valores (€)
Reposição de veículos destruídos no combate aos incêndios	266 603
Encargos com equipamento diverso de combate a incêndios	120 495
Contribuição para as despesas excepcionais de combustíveis	586 964
Contribuição para as despesas excepcionais de alimentação	435 451
Cooperação internacional e respectivo apoio logístico	213 016
TOTAL	1 662 529

Figura 19 -Apoio aos Corpos de Bombeiros

Fonte: Ministério da Administração Interna

Face aos avultados prejuízos causados pelos incêndios a cerca de 40 000 proprietários florestais e mais de 7 000 agricultores, o Ministério da Agricultura lançou várias medidas nestes dois domínios, avaliadas em 50,3 milhões de euros (Fig. 20).

	(Milhões de euros)
Reposição do potencial agrícola	35,0
Morte de animais	1,5
Alimentação animal	4,5
Parques de madeira (instalação e funcionamento)	0,8
Aquisição de madeira	0,7
Tiragem de cortiça	2,8
Aquisição da cortiça	3,5
Corte de varas de eucalipto	1,5

Figura 20 - Previsão das ajudas do Ministério da Agricultura

Fonte: Ministério da Agricultura

Para a floresta destacam-se dois tipos de medidas: as "de apoio à valorização dos salvados" e as de "suporte dos custos de reflorestação das áreas ardidas". No primeiro caso, contam-se, entre outras, a abertura de 14 parques de receção de madeira queimada com garantia de pagamento da madeira de pinho a 25€/ton, a criação de uma linha de crédito para apoiar a aquisição de madeira queimada e a indemnização da cortiça ardida, com os respetivos custos da sua tiragem e recolha. No segundo caso, e através do Programa AGRO, planearam-se ações de reflorestação, para o início de 2004, asseguradas e conduzidas pelo Conselho e Comissões Regionais de Reflorestação, a criar para esse efeito.

Para a reposição do potencial agrícola, previu-se o investimento de 2,8 milhões de euros a aplicar durante o ano de 2004 e de 480 mil euros/ano, entre 2005 e 2008, acompanhados de mais 600 mil euros/ano, no mesmo período para a aquisição de cortiça.

6.3.2. Iniciativas de Apoio Solidário

Dada a gravidade da situação e para acelerar a chegada de apoio às vítimas, constituiu-se uma *Comissão Nacional de Apoio Solidário às Vítimas dos Incêndios de 2003*, integrando representantes do Ministério da Segurança Social e do Trabalho e da Cruz Vermelha Portuguesa, desdobrada em Comissões Distritais, com a finalidade de proceder à análise das situações e à atribuição dos donativos. Nas seis contas abertas para o efeito (Fig. 21) reuniram-se quase 3 milhões de euros, para além de ajudas e donativos oferecidos por outras entidades. Foi com este dinheiro que se financiou, por exemplo, a reconstrução de 83 das 117 habitações

permanentes destruídas pelo fogo, tendo as restantes 34 habitações financiamento assegurado.

Na sequência da situação de calamidade pública decretada pelo governo, foi disponibilizado pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia (Decisão nº C (2003) 4349, de 17.11.2003) uma subvenção de 48,5 milhões de euros.

Entidade	Campanha	Valor (euros)	Situação em Setembro 2004
Cruz Vermelha Portuguesa	Apoio Vítimas dos Incêndios	319 000	Aberta
Grupo Totta & Açores	Reconstruir o Futuro	283 752	Encerrada
Gov. Civil Lisboa, CM Lisboa e TVI	Portugal Solidário	718 333	Encerrada
BBVA	Vamos Colorir Portugal	5 277	Encerrada
BPI, SIC e Jornal Expresso	Vida Nova	1 465 569	Encerrada
Luxemburgo		150 000	Encerrada
Total		**2 941 931**	

Figura 21 - Iniciativas de Apoio Solidário

Fonte: Comissão Nacional de Apoio Solidário às Vítimas

Esta verba destina-se a financiar iniciativas no âmbito de quatro medidas previstas no artigo 5º da referida Decisão:

- Medida 1. "Restabelecimento imediato do financiamento das infra-estruturas equipamentos nos domínios da energia, do abastecimento de água e das águas residuais, das telecomunicações, dos transportes, da saúde e do ensino".
- Medida 2. "Execução de medidas provisórias de alojamento e prestação dos serviços de socorro destinados a prever às necessidades imediatas da população atingida".
- Medida 3. "Criação imediata de condições de segurança das infra-estruturas de prevenção e medidas de proteção imediata do património cultural".
- Medida 4. "Limpeza imediata das áreas sinistradas, incluindo zonas naturais".

6.3.4. Principais Medidas Legislativas

- Interdição de caça em diversas freguesias atingidas pelos fogos (Portaria nº 847/2003, de 14 Agosto).
- Linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público, provocados pelos incêndios verificados desde 20 de Julho de 2003 (DL nº211/2003, de 17 Set.).
- Subsídio eventual de emergência para compensação dos rendimentos do trabalho de empregados cujas entidades empregadoras tenham sido diretamente afetadas pelos incêndios (DL nº219/2003, de 19 Set.).
- Criação de uma Comissão Eventual para os Incêndios Florestais (Res. Ass. Repúb nº74/2003, de 20 Set.).
- Definição de novas regras relativas à concessão de empréstimos às pequenas e médias empresas, destinados à reparação de equipamentos afetados, em áreas declaradas de calamidade pública (DL nº253/2003, de 17 de Nov.)
- Definição de linhas orientadoras da reforma estrutural do sector florestal (RCM nº 178/2003, de 11 Agosto)
- Linha de crédito para reparação dos prejuízos em equipamentos e infra-estruturas municipais provocados pelos incêndios (Despacho nº24110/2003, de 13 Dez.)
- Criação da Comissão Nacional de Apoio Solidário às Vítimas dos Incêndios de 2003 (Despacho Conjunto nº 16/2004, de 13 Jan.).
- Regime especial de alienação da madeira queimada depositada nos parques e receção e madeira ardida (Port. Nº95/2004, de 23 Jan)
- Medidas prioritárias para a defesa de uma floresta sustentável (Res. Assemb. República nº19/2004, de 16 Fev.).
- Criação de uma estrutura de missão para o planeamento da intervenção e coordenação das ações de recuperação das áreas florestais afetadas pelo fogo de 2003, na dependência do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (RCM nº17/2004, de 2 Março).

- Linha de crédito bonificado destinada à aquisição, armazenagem e preservação da madeira de pinho e de eucalipto afetada pelos incêndios ocorridos em Julho, Agosto e Setembro de 2003 (Despacho Normativo nº13/2004, de 4 Março).
- Criação do Fundo Florestal Permanente junto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) (DL nº63/2004, de 22 Março).

6.4. APOIOS DA UE PARA CATÁSTROFES E RECUPERAÇÃO DA BASE ECONÓMICA

Dada a existência de fundos europeus destinados a auxiliar áreas atingidas por catástrofes naturais (incluindo os incêndios florestais), importa aferir das circunstâncias em que as mesmas podem ser acionadas.

Assim, na sequência das inundações estivais de 2002, registadas na Europa central (Alemanha, Áustria, República Checa e França), a UE instituiu o Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)[26], o qual *"intervém, principalmente, em casos de catástrofe natural de grandes proporções, com graves repercussões nas condições de vida dos cidadãos, no meio natural ou na economia de uma ou mais regiões de um Estado-Membro, ou de um país candidato à adesão"* afirma-se no regulamento que cria o FSUE.

Sendo uma "catástrofe de grandes proporções" entendida como um fenómeno natural cujos prejuízos estimados ultrapassem os 3 mil milhões de euros ou 0,6% do Produto Nacional Bruto (PNB) ou ainda que não cumprindo tal disposto, *"provoque prejuízos que afetem a maior parte da população da região em causa e tenha repercurssões graves e duradouras para as suas condições de vida e a sua estabilidade económica*" (idem), contam-se entre as adjudicações do FSUE:

- 444 milhões de euros para as regiões da Alemanha atingidas pelas inundações de 2002 (operações de socorro, consolidação das condições de segurança das infraestruturas de prevenção contra cheias, restabelecimento do funcionamento das estações de tratamento de água residuais, do fornecimento de energia, de equipamentos sociais e do abastecimento de água potável);

[26] O montante anual total disponível para o Fundo de Solidariedade é de mil milhões de euros, dos quais 75 milhões reservados para catástrofes regionais extraordinárias.

- 134 milhões de euros para as regiões austríacas afetadas pelas inundações do Verão de 2002 (reparações de vias de comunicação, instalações de abastecimento de água e obras de engenharia hidráulica, abastecimento das populações afetadas, proteção do património cultural e limpeza das áreas sinistradas);
- 129 milhões de euros para as regiões da República Checa atingidas pelas inundações de Agosto de 2002 (recuperação das infra-estruturas de fornecimento de energia, abastecimento de água, tratamento de água residuais, Metropolitano da cidade de Praga, renovação da rede telefónica; restabelecimento do funcionamento de escolas e serviços postais; prestação de serviços às populações afetadas, reforço de edifícios desestabilizados);
- 21 milhões de euros em favor da região francesa de Gard afetada pelas inundações do Verão de 2002 (restabelecimento das infra-estruturas, alojamento temporário das populações, promoção de condições de segurança, proteção do património cultural e limpeza das áreas sinistradas);
- 8,6 milhões de euros para as regiões espanholas da Galiza, Astúrias, Cantábria e País Basco atingidas pelo desastre do petroleiro "Prestige" em finais de 2002, que resultou em graves consequências ambientais e para as atividades piscícola, aquícola e turística;
- 47,6 milhões de euros para as regiões italianas afetadas por catástrofes naturais em 2003, distribuídos da seguinte forma: 30,8 milhões para as regiões assoladas pelo terramoto de Molise – Apúlia e Molise (alojamento temporário às populações, restabelecimento das infra-estruturas afetadas, reforço das infra-estruturas de prevenção e proteção do património cultural); 16,8 milhões de euros para a Província da Catania, atingida pela erupção do Etna (medidas de emergência e operações de socorro, recuperação e reforço de infra-estruturas de proteção do património cultural e limpeza das áreas sinistradas);
- 48,5 milhões de euros para as regiões portuguesas devastadas pelos incêndios florestais de 2003;
- 961 mil euros para as regiões de Malta assoladas por tempestades e inundações em 2003, com impactes significativos sobre as atividades económicas (instalações marítimas, explorações de aquacultura);

- 19,6 milhões de euros para os departamentos franceses atingidos pelas inundações do rio Ródano (Le Gard, Vaucluse e Bouches-du-Rhône), destinados a cobrir as despesas com operações de emergência;
- 1,3 milhões de euros para as regiões fronteiriças de Espanha afetadas pelos incêndios florestais de Agosto de 2003 (Estremadura, Andaluzia e Castela e Leão).

Importa ainda salientar que, no caso das inundações nos Estados-Membros da Europa Central, no Verão de 2002, a subvenção do FSUE foi complementada com apoios financeiros do FEOGA (para a agricultura e o desenvolvimento rural), do FEDER (reconstrução das Redes Transeuropeias) e do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Além do recurso ao FSUE, as autoridades portuguesas podem ainda alterar a afetação do montante financeiro dos Fundos Estruturais nas áreas afetadas e contemplar novas medidas para reconstruir infra-estruturas, apoiar o investimento ou criar programas de formação e de emprego.

6.5. O CASO DA CHAMUSCA

No início de Agosto de 2003, em dois dias, cerca de 22 000 ha do concelho da Chamusca foram percorridos por um incêndio de grandes dimensões.

Deste incêndio resultaram:

- 13 casas totalmente ardidas (Fig. 22);
- 34 desalojados (Fig. 23, 24 e 25);
- 4 mortos;
- 18 empresas afetadas (Fig. 26);
- 26 postos de trabalho afetados;
- 2500 animais mortos;
- 15 Km de linhas de água afetadas;
- 50 Km de redes de telefone afetadas;
- 30 Km de redes elétricas afetadas (Fig. 27).

Em anexo encontram-se alguns registos de jornais com referência ao grande incêndio de 2003.

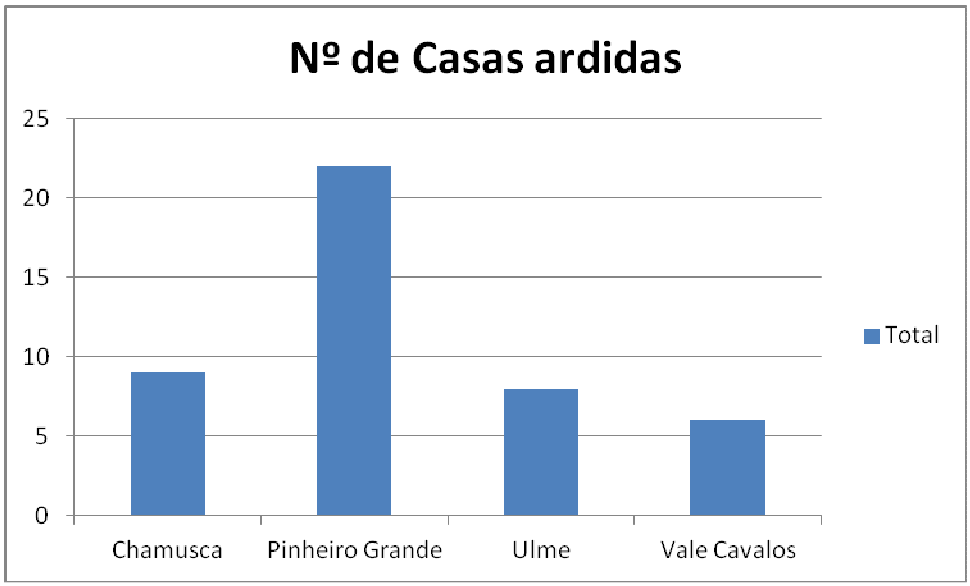

Figura 22 - Casas afetadas pelo Incêndio de 2003

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 23 - Casa Afetada

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 24 - Casa Afetada

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 25 - Casa Afetada

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 26 - Fábrica Malhas Afetada

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 27 - Rede Elétrica Afetada

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Ao nível da floresta arderam:

- 7240 ha de Sobreiro (Fig. 28 e 30);
- 3761 ha de Pinheiro Bravo (Fig. 29);
- 7326 ha de Eucalipto.

Figura 28 - Povoamento Sobreiro

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 29 - Povoamento Pinheiro Bravo

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

Figura 30 - Povoamento Sobreiro

Fonte: Proteção Civil, Município Chamusca

6.6. PROPOSTA TÉCNICA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Com vista à efetiva Defesa da Floresta Contra Incêndios, preconiza-se aqui, a interpretação do problema dos incêndios florestais, identificando clara e explicitamente a existência de tarefas de defesa da vida e de edifícios, por um lado, e de defesa da floresta, por outro, concebidas de modo complementar e não alternativo, ao mesmo tempo que se considera que ambas as tarefas necessitam de contemplar ações de prevenção e ações de combate. Nos últimos anos, a maioria das ações e investimentos têm sido aplicados no combate aos incêndios para efeitos de defesa da vida e de edifícios e, em menor medida, na realização de ações de prevenção para defesa da floresta.

O combate aos fogos para defesa de aglomerados populacionais torna-se muito caro, perigoso e difícil, na medida em que carece, a montante, das medidas preventivas de controlo dos combustíveis nas zonas de interface entre espaços rurais e urbanos. Por seu lado, as ações preventivas de gestão de combustível e infra-estruturação do meio florestal não são complementadas, a jusante, com intervenções de combate especificamente dirigidas para a proteção dos povoamentos florestais e baseadas nas técnicas e no uso de equipamentos repetidamente recomendados, ao longo das últimas décadas, por sucessivos painéis de especialistas nacionais e internacionais.

A Fig. 31 pretende ilustrar, de forma esquemática, o que se acaba de expor e que corresponde ao cenário atualmente existente em termos de alocação de esforços e de investimentos.

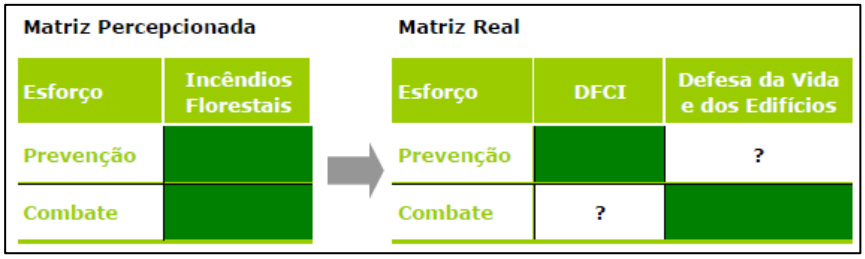

Figura 31 - Alocação de esforços e investimentos - cenário atual

Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2005

Assim sendo, e identificados claramente o equívoco do modelo instituído e a sua dinâmica sem enfraquecer a prevenção no meio florestal e o combate na periferia dos aglomerados populacionais, promove a gestão de combustíveis em zonas estratégicas do território nacional, com ênfase nas áreas circundantes das povoações (proteção passiva de populações) e, igualmente, ao longo de estruturas lineares de base orográfica. Estas zonas estratégicas não

poderão, por si só e de forma passiva, conter a propagação de grandes incêndios sob condições meteorológicas muito severas. A sua função será a de criar espaços defensáveis face ao fogo, capazes de proporcionar maior segurança e eficácia ao combate, tanto para a defesa da floresta como para a proteção das populações.

A estratégia reequaciona o problema dos incêndios florestais e implica a implementação de um conjunto de ações no terreno, num modelo de articulação com as instituições existentes, com vista ao reforço da capacidade e eficácia da intervenção de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

6.6.1. Tendências e Análise do Valor da Floresta

Na procura de uma solução para o problema dos incêndios florestais deverá ter-se presente que ao equacionamento e caracterização do problema atrás desenvolvido, resumem-se várias tendências negativas potencialmente maximizadoras da dimensão e intensidade do fenómeno e das suas consequências aos níveis social, económico e ambiental.

Apresentam-se, a seguir, as principais tendências negativas a observar, sistematizadas em função da sua área de impacto primordial.

<u>Tendências que irão manter ou agravar o atual cenário macro-económico e social:</u>

- O problema da fragmentação da propriedade, de pequena dimensão e que permanece sem gestão ativa, não tendo o Estado criado mecanismos para intervir sobre a propriedade privada de forma eficaz;
- O baixo capital social que caracteriza o sector primário e os territórios onde os incêndios têm tido maior expressão, associado a questões culturais e educacionais, leva a que não se atribua a devida importância ao planeamento, à gestão de risco, à organização, à avaliação e ao controlo de resultados e não menos importante, resistência à mudança e manutenção de comportamentos de risco;
- O abandono rural que se tem verificado nas últimas décadas conduz à expansão de áreas de floresta e matos não geridas, que acumulam cargas crescentes de combustíveis, com múltiplas consequências relativamente à gestão e proteção da floresta, a que acresce o agravamento da redução da população ativa que trataria esses mesmos espaços;
- A globalização dos mercados de produtos agrícolas e florestais, que irão diminuir as margens e a competitividade das culturas agrícolas e florestais, reduzindo o valor

acrescentado bruto local e regional e o interesse pela atividade económica do setor primário;

- As exigências de contenção da despesa pública e a estagnação do crescimento económico na União Europeia.

Tendências que promovem o aumento de ignições e a acumulação de combustível:

- As áreas arborizadas, incultas ou agricultadas, das comunidades metropolitanas do Noroeste, do Centro Litoral, de Lisboa e Vale do Tejo, Sudoeste Alentejano e Algarve deixaram de ter as funções produtivas e de conservação para ficarem suspensas na expetativa de gerarem mais-valias ao serem urbanizadas ou loteadas para outras utilizações. Este pousio patológico, derivado da instabilidade de usos, promove o aumento da carga combustível;
- Os cenários de alterações climáticas apontam para uma maior frequência de ondas de calor e para o alargamento do seu período de ocorrência ao longo do ano. Desde meados da década 70 que se assiste a um aumento significativo das temperaturas mínimas, médias e máximas. Mais recentemente, tem-se registado elevada frequência de ondas de calor durante o Verão. Nestas condições, torna-se mais provável que qualquer ignição origine um grande incêndio. De fato, já atualmente, em cada ano, a vasta maioria da área queimada resulta de um pequeno número de grandes incêndios e ocorre durante um pequeno número de dias com condições meteorológicas particularmente severas (por exemplo, em dois dias do início de Agosto de 2003 arderam cerca de 100 000 ha, valor muito próximo da média de área queimada anualmente durante os últimos 25 anos).
- A perda de competitividade da floresta e da agricultura portuguesa, nas dinâmicas dos mercados mundiais, irá reduzir a rentabilidade para o proprietário, do esforço financeiro em Defesa da Floresta Contra Incêndios. Num cenário permanente de elevado risco, onde não existam sinais credíveis que assegurem a resolução sustentada da ameaça, a tendência será para o êxodo dos capitais e desinvestimento na fileira florestal;
- A tendência de aumento do abandono da agricultura em áreas marginais e em redor das povoações do interior originará avanços dos espaços florestais não tratados e com elevadas cargas combustíveis. O abandono da agricultura, explicado por diversas causas, é acelerado pelo duplo envelhecimento, que se carateriza pelo aumento do número de idosos em simultâneo com a diminuição da população jovem;

- No litoral do continente (imaginariamente delimitado pelo eixo Braga, Mesão, Águeda, Coimbra, Figueiró dos Vinhos, Tomar, Chamusca, Pegões, Alcácer, Santiago do Cacém, Odemira, Aljezur. Vila do Bispo, Silves, Loulé, Tavira e Vila R. St. António), o aumento das interfaces urbano/floresta, resultante da pressão de urbanização, da edificação em espaços florestais e da fruição desses espaços por populações "não educadas" para o fogo e não informadas sobre as fontes de ignição, promoverá incêndios mais mediáticos, difíceis e mais frequentes, em que as questões de defesa da vida e de edifícios serão permanentes.

A par das ameaças que se acaba de expor, é possível identificar também um conjunto de tendências de sinal contrário e potencialmente configuradoras de oportunidades para a promoção e desenvolvimento de uma Defesa da Floresta Contra Incêndios.

<u>Tendências positivas que irão modificar o atual cenário macro-económico e social:</u>

- Motivada também pela necessidade de cumprir com os objetivos do Protocolo de Quioto, a sociedade será cada vez mais sensível aos problemas ambientais, atribuindo uma importância crescente ao papel dos espaços florestais no combate à desertificação, no suporte à biodiversidade e contraponto aos espaços urbanos e como importante sumidouro de carbono. Nesse sentido, promoverá e apoiará soluções que mitiguem as causas dos incêndios;
- A promoção da gestão florestal ativa como objetivo estratégico irá gerar efeitos positivos sobre a criação de emprego em zonas deprimidas;
- A rentabilização dos espaços florestais e agrícolas enquanto produtores de bens e serviços para além dos lenhosos – como a caça, o recreio, a biodiversidade, a fixação de carbono e outros serviços ambientais – irá revitalizar economicamente algumas explorações, contextualizando a aposta no turismo rural.

<u>Tendências que reduzem as ignições e a acumulação de combustíveis:</u>

- A implementação de medidas de apoio à continuidade de uso tradicionais do solo promoverá a manutenção da paisagem;
- A redução de população nas áreas interiores diminui as fontes de ignições negligentes e as causas intencionais devidas a conflitos sociais, embora contribua para o aumento

do tempo de deteção de incêndios por populares e para a menor disponibilidade de mão-de-obra para trabalhar nos espaços florestais;

- As estratégias de redução da dependência energética face ao exterior irão promover a utilização da biomassa florestal como energia:
- O desenvolvimento tecnológico induz incrementos de produtividade na gestão dos recursos, da informação e do suporte à decisão, permitindo ganhos de eficiência e eficácia operacionais aos níveis da prevenção, da pré-supressão e da supressão.

A utilização racional e sustentada da área de floresta e matos, preconizada pelo Programa Nacional de Políticas e Ordenamento do Território, equivalente a 2/3 do território continental, passará, em grande medida, pela capacidade que vier a se demostrada de se contrariar a evolução das tendências negativas e de aproveitar as oportunidades existentes e identificadas.

Para tal, muito contribuirá a compreensão da real dimensão do problema dos incêndios florestais, que passa pelo reconhecimento do valor do património coletivo que a floresta representa. Este valor não é, em geral, percecionado pela sociedade civil como um ativo nacional. Por um lado, é fundamental que a análise da problemática dos incêndios florestais consiga traduzir uma ordem de grandeza das perdas acumuladas ao longo dos anos. Por outro, a consciencialização de que as perdas resultantes dos incêndios florestais afetam a sociedade e a economia no seu todo é uma das peças-chave para garantir o acionamento de uma dinâmica de rutura face ao atual quadro de tendências.

No contexto dos incêndios florestais, acreditamos ser mais relevante conhecer o valor das existências (fluxo mais stock) do espaço florestal, para melhor nos aproximarmos do valor defendido pelo investimento em prevenção e em combate, bem como do valor perdido em resultado de uma ocorrência. Neste cálculo, não se considerou o valor acrescentado pela indústria, sendo a análise remetida para o valor gerado essencialmente no setor primário. Assim, procedeu-se a alguns ajustamentos ao modelo original por forma a obter o valor do stock, tendo em conta povoamentos e matos.

Assumimos, assim, um valor da floresta nas suas diferentes componentes, considerando o valor em pilha dos povoamentos e fitomassa arbustiva:

1. VALOR DE USO DIRETO
    - Produção de bens lenhoso: pasta de papel, madeira para serração, madeira para combustão;
    - Produção de bens não lenhosos: cortiça, resina, mel, frutos (pinhão, castanha, alfarroba, medronho, baga de sabugueiro), cogumelos, plantas aromáticas, medicinais e condimentares, bens intermédios para o consumo animal (bolotas, produção de forragens em pastagens, produção de matos, produção de folhas e ramos);
    - Atividade recreativas: caça, atividades florestais recreativas.

2. VALOR DE USO INDIRETO
    - Sumidouro de carbono;
    - Proteção dos solos agrícolas;
    - Proteção dos recursos aquíferos;
    - Preservação da biodiversidade.

6.6.2. Solução Preconizada

Caraterizado o problema dos incêndios florestais e o equívoco sobre o que assenta o modelo instituído de prevenção e combate, identificadas as tendências negativas que permitem perspetivar um agravamento do problema nos próximos anos se não forem concretizadas as oportunidades que já hoje se afiguram, impõe-se, agora, especificar a estratégia preconizada que assenta numa Visão (a 15 anos), na qual os espaços florestais constituirão um pilar do desenvolvimento económico e social do País, cuja sustentabilidade não será comprometida pelos incêndios florestais.

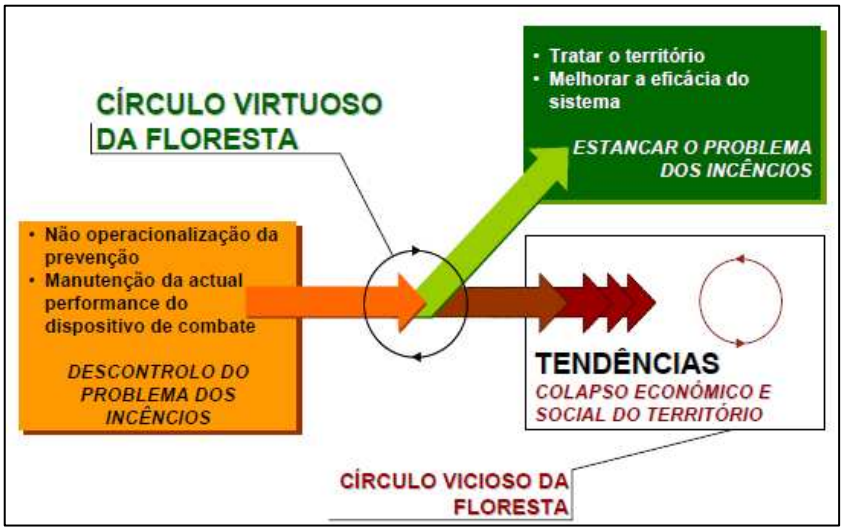

Figura 32 - Oportunidade de quebrar o ciclo vicioso

Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2005

Da concretização das linhas de orientação definidas pelo PNDFCI (Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios) resultará uma alteração de cenário, que a Fig. 33 procura projetar.

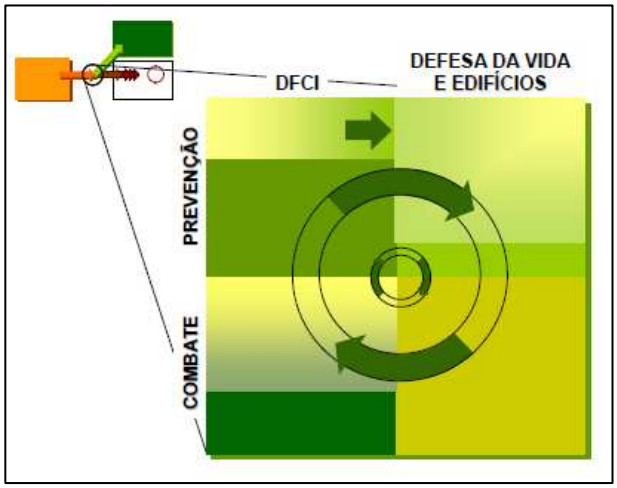

Figura 33 - Alocação de esforços e investimentos: criação do círculo virtuoso da floresta

Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2005

A construção deste cenário desejável implica a promoção clara e o desenvolvimento da comunhão de interesses e de articulação de esforços entre pequenos proprietários florestais, agricultores, grandes empresas do setor, seguradoras, telecomunicações, concessionárias, *utilities*, autarquias locais, organismos da administração pública e todos os agentes que

intervêm sobre o território, com vista a tornar as florestas e os aglomerados populacionais mais resistentes face ao fogo.

No quadro de uma interpretação do problema dos incêndios florestais, já anteriormente enunciada, que reconhece a existência distinta mas complementar de tarefas de defesa da vida e de edifícios e de efetiva defesa da floresta, ambas com uma componente de prevenção e outra de combate, a estratégia de criação do círculo virtuoso da floresta aqui proposta passa prioritariamente por:

- Ao nível da defesa da vida e de edifícios: reforçar a prevenção (através de medidas de controlo dos combustíveis em zonas estratégicas do território, em especial nas zonas de interface entre espaços rurais e urbanos);
- Ao nível da defesa da floresta contra incêndios: operacionalizar a prevenção e reforçar o combate (através de intervenções especificamente dirigidas para a defesa dos povoamentos florestais, baseadas em técnicas de fogo controlado, por um lado, e de utilização de ferramentas manuais de supressão, reduzindo a dependência da água, por outro).

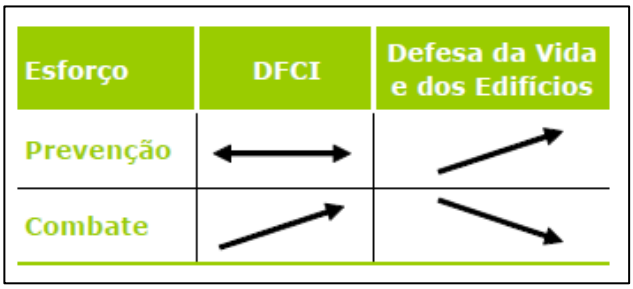

Figura 34 - Alocação de esforços e investimentos: cenário desejado

Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2005

Importa, no entanto, referir que a assunção da primeira prioridade permitirá, por si só, criar condições para o aumento da eficácia e da eficiência do combate para defesa de aglomerados populacionais, libertando recursos para serem re-alocados ao combate para defesa da floresta e potenciando, assim, a prossecução da segunda prioridade.

A Proposta Técnica preconizada pretende, assim, quebrar com o ciclo vicioso da floresta (Fig. 35) que contribui para o sucessivo abandono das terras e diminuição da capacidade de gestão dos espaços florestais o que resulta, a prazo, em fogos menos frequentes, mais severos e maiores, conduzindo ao colapso económico e social do território.

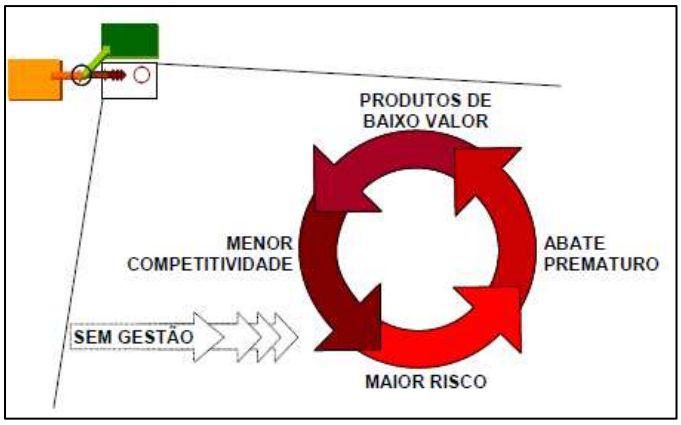

Figura 35 - Círculo vicioso da floresta

Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2005

A quebra do círculo vicioso da floresta permitirá estancar o problema dos incêndios florestais, resultando numa atuação integrada, colaborante e complementar dos diversos agentes no terreno que alimentará o círculo de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Fig. 36).

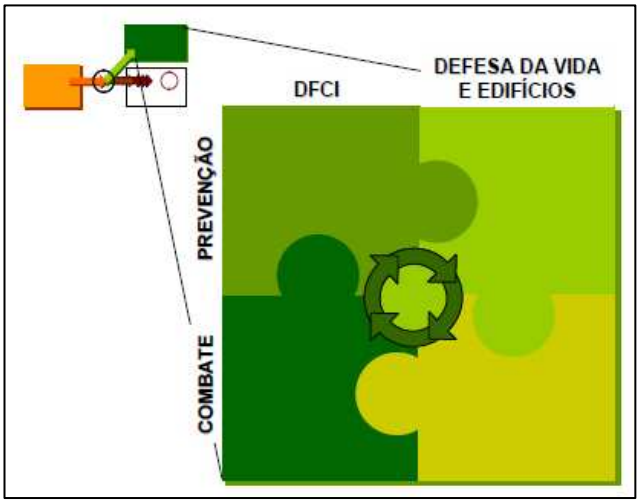

Figura 36 - Sustentabilidade de médio-longo prazo

Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2005

6.6.3. Eixos Estratégicos de Atuação

De acordo com Beighley (2004), em Portugal existem todas as peças do puzzle para construir um bom sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, mas falta um plano e uma estratégica para colocar essas peças a funcionar de forma integrada.

Com vista à prossecução da estratégia definida, elegeram-se 5 eixos de atuação:

1º Eixo Estratégico – Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais

A construção de um território menos vulnerável e com maior capacidade de regeneração face aos incêndios florestais é uma tarefa de fundo, que deverá ser iniciada desde já. É o eixo fundamental para a resolução do problema dos incêndios florestais, devendo consubstanciar-se no tratamento do território através da gestão florestal ativa, da intervenção em áreas estratégicas, do envolvimento e responsabilização dos *stakeholders* e das comunidades, e da revisão de políticas e legislação que criem estímulos geradores de dinâmicas positivas.

Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização dos usos do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social (produção de lenho, frutos, caça, pastoreio, biodiversidade, fixação de carbono, suporte de turismo, água e energia) em detrimento de atividades especulativas, tornando viável economicamente incorporar as melhores técnicas e práticas que a engenharia domina, num ambiente de reduzido risco.

Assim, é crítico promover:

- a integração dos temas da política florestal e Defesa da Floresta Contra Incêndios nas políticas agrícolas e pecuárias, de ordenamento, de ambiente, legislativas, fiscais, judiciais e energética;
- a gestão profissional da floresta, num quadro de abandono rural progressivo;
- o envolvimento e a responsabilização das comunidades ao nível local, melhorando a organização, a proteção civil passiva e a proteção de infra-estruturas.

2º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios

A resolução do problema dos incêndios florestais com a dimensão e a intensidade que hoje lhe conhecemos passará, no curto prazo, pelo exercício da autoridade do Estado, pelo reforço da fiscalização do cumprimento da lei e pela dissuasão dos comportamentos de risco, e pela adequação da ação policial, no espaço e no tempo, às motivações e causas dos incêndios. A médio e longo prazos, passará por educar, sensibilizar, informar a população e públicos-alvo, bem por promover o correto uso do fogo. Assim, urge:

- melhorar o conhecimento das motivações para o uso do fogo e das causas dos incêndios;

- educar e sensibilizar as populações para o valor e a importância da floresta e estimular a compreensão pública das causas dos incêndios e das consequências dos comportamentos de risco;
- reforçar a capacidade de dissuasão e fiscalização.

3º Eixo Estratégico – Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios

É fundamental garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes de eles assumirem grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelo aquecimento do clima. Tal propósito exige implementar no terreno um dispositivo que empregue as melhores técnicas e táticas, minimizando os impactos da forma mais eficaz e ao menor custo operacional. Assim, é determinante:

- assegurar a gestão adequada da informação e das comunicações, e promover a prontidão dos recursos em função do risco;
- melhorar o processo de deteção, vigilância e primeira intervenção;
- melhorar a estrutura de comando e controlo, de forma a combater e extinguir os incêndios com eficiência, em segurança e reduzindo os reacendimentos.

4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades

Criar capacidade de recuperação dos recursos destruídos, de forma tecnicamente correta, expedita e ao menor custo, mitigando impactos indesejáveis e aproveitando a oportunidade para corrigir as causas que levaram à destruição e melhorar a resistência a fenómenos equiparáveis. Assim, importa melhorar:

- o apoio logístico e humanitário de emergência nas áreas ardidas;
- a avaliação e a mitigação dos impactos, bem como a implementação da estratégica de reabilitação de longo prazo.

5º Eixo Estratégico – Adaptar uma estrutura orgânica funcional eficaz

A concretização dos quatro eixos anteriores apenas será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta. Essa integração requer uma Organização que viabilize o trabalho de equipa e que avalie os

resultados das suas ações. Esse dispositivo terá de alicerçar-se em conhecimento, competência, motivação e liderança adequados, bem como em meios e recursos proporcionais aos objetivos a alcançar. Nesse sentido, será preciso atrair técnicos qualificados, podendo utilizar-se como base de recrutamento, entre outras, os corpos de bombeiros, os militares, e os sapadores florestais, desde que se ajustem ao perfil pretendido e revelem capacidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A Organização deverá ser capaz de produzir sinergias e concertar estratégias e táticas entre as várias entidades e as partes interessadas aos níveis nacional, regional e local.

Assim, este eixo estratégico concretiza-se através do desenvolvimento dos seguintes aspetos:

- implementação de um modelo organizativo consistente com os eixos estratégicos;
- seleção e formação dos recursos humanos (atraindo, retendo e desenvolvendo os mais competentes);
- melhoria do conhecimento sobre a Defesa da Floresta Contra Incêndios e sua difusão;
- gestão do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e sua correta monitorização.

7. CONCLUSÕES

Ao longo do trabalho tornou-se evidente uma efetiva incorporação, embora de forma muito progressiva e bem mais visível nos últimos instrumentos e políticas, de que são exemplo o ENDS, o PNPOT e os processos A21L e LEADER+, de conceitos de desenvolvimento rural e de sustentabilidade ambiental mais complexos e integrados, em contraposição à ênfase dominante até à década de 1980.

Por outro lado, como vimos, as políticas "macro" identificam já os novos paradigmas, sobretudo a questão da «rurbanização». Por outro lado, apesar da questão da «fetichização do rural» ainda não estar claramente definida como um problema, ou uma tendência a contrariar, ela encontra-se refletida nas políticas, através dos eixos orientadores que acentuam a necessidade de se basear as iniciativas locais nas características endógenas dos lugares. Estas orientações fazem a apologia de intervenções mais voltadas para a dinamização do mercado de emprego, em detrimento das que procuram exclusivamente a valorização turística ou patrimonial da (muitas vezes escassa) herança natural e cultural dos lugares.

Porém, e porque as políticas "agitam" principalmente a esfera coletiva, onde os interesses específicos dos agentes podem não se justapor, as ações teoricamente preconizadas nos programas e estratégias à escala europeia e nacional não encontram, muitas vezes, formas de se concretizar à escala local.

A não operacionalização dos dignos objetivos macro implica que há, em determinado ponto do processo de transposição global – local, uma resistência por parte de agentes:

- porque os princípios constantes das orientações "macro" surgem de forma pouco concreta nos planos de ordenamento municipais, como os PDMs;
- porque as autarquias, procurando ambiciosamente atrair investimentos, comprometem o ordenamento territorial do solo municipal;
- ou porque a falta de "educação ambiental" (desconhecimento do valor potencial dos recursos) da população é um entrave significativo à implementação de políticas de intervenção local.

Depois desta breve reflexão ficou para nós muito claro que as intervenções locais só têm possibilidade de sucesso se forem capazes de extrapolar um único sector, formando uma rede de agentes (informados) que têm interesse pessoal em trabalhar para a valorização dos atributos de um determinado lugar. Pelo que, no caso do Pinhal Interior, um ponto bastante positivo na ação conjunta de várias entidades é o facto destas serem complementares, em

termos dos seus objetivos e em termos das suas prioridades de intervenção. Atuando simultaneamente em diversos sectores: turismo, ambiente, esfera económica e social, terão mais facilidade em gerar dinâmicas de desenvolvimento.

Por fim gostaríamos de deixar a seguinte reflexão: não deixa de ser paradoxal que face aos dois paradigmas identificados, ambos refletindo uma procura "entusiasta" do rural por parte dos urbanos, o espaço rural (não-agrícola e remoto como no caso do Pinhal Interior) continue em processo de desertificação. Mais curioso é reparar que nenhum dos instrumentos, programas, políticas e estratégias, aponta, como possível ação, aliciar população urbana a fixar-se no espaço rural e qualificá-lo com esse fim. Na verdade, as políticas focalizam-se quase exclusivamente no objetivo de fixar população local.

Contudo, os interesses da população vão contra os objetivos das políticas: os urbanos valorizam o rural (embora de forma "fetichizada") e os rurais valorizam o espaço urbano (símbolo de progresso e qualidade de vida).

O presente trabalho permitiu-nos verificar que as IUR constituem áreas críticas, tanto em termos do ordenamento do território, como na gestão dos incêndios florestais, constituindo por isso, um campo de trabalho a aprofundar, especialmente ao nível da delimitação das IUR.

Com efeito, a metodologia experimentada pretendeu, acima de tudo, constituir uma ferramenta expedita para definição e delimitação das IUR, com vista à determinação de estratégias de ordenamento do território, prevenção e combate de incêndios florestais, sem que, contudo, se tenha revelado completamente eficaz.

A aplicação desta metodologia aos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca confirmou a perceção que tínhamos da elevada interpenetração do espaço construído no espaço agrícola e florestal existente neste território.

A metodologia testada não tem em conta a realidade específica a nível local, embora permita a aferição de áreas de interface urbano-rural genericamente mais vulneráveis, pelo que consideramos que se trata de um instrumento com elevado valor para as análises à escala regional ou de âmbito nacional.

É reconhecida a importância do papel multifuncional da floresta e de uma gestão sustentável dos espaços florestais para o desenvolvimento das sociedades e, em particular, das áreas rurais (EU Forestry Strategy, 2005; DGF, 1998).

Nos últimos anos os fogos devastaram vastas áreas da floresta portuguesa, pondo em evidência um conjunto de fragilidades e a indispensabilidade da revitalização social e

demográfica das regiões florestais. Num cenário de risco e de diminuição do potencial produtivo há que saber criar as condições para que a floresta se volte a humanizar. Várias são as condicionantes sociais e técnicas, por vezes contraditórias: população envelhecida e com baixos níveis de formação, absentismo, propriedade privada baseada no minifúndio, entre outros, dificultam o planeamento integrado do espaço florestal; e o recurso a apoios europeus passa pela existência de um cadastro geométrico da propriedade florestal que poucas vezes existe.

A recuperação de regiões percorridas por grandes fogos deverá, contudo, ser entendida como uma oportunidade para redesenhar a paisagem florestal, de modo a restabelecer o equilíbrio e integrando-a nos novos esquemas de ordenamento do território (CNR, 2004).

A gravidade dos problemas justifica a realização de um Plano Estratégico de recuperação de áreas ardidas, tarefa a que nos propomos e que deverá abarcar as seguintes fases: diagnóstico da situação atual e projeção de tendências, definição do futuro desejado, identificação do "gap" de planeamento, definição de estratégias alternativas e identificação dos recursos necessários à sua concretização.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (2000) Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro, IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- ALMEIDA, J. F. d., J. F. d. Amaral, *et al*. (1994) Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Lisboa, Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES).
- ALVES, T. (2001) "OS SERVIÇOS NAS ÁREAS RURAIS: NOVOS MODOS DE VIDA OU NOVAS FORMAS DE RURALIDADE?" *in* 1º Congresso de Estudos Rurais, UTAD (Vila Real), 16 – 18 Set.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2004), *Relatório da Comissão Eventual para os Incêndios Florestais*, Lisboa.
- BAPTISTA, A. J. M. (2004) "ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS" in Seminário Leader: Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural, Covilhã, 16 Dez.
- BAPTISTA, F. O. (1993) Agricultura, Espaço e Sociedade Rural. Coimbra, Fora do Texto – Cooperativa Editorial de Coimbra.
- BAPTISTA, F. O. (2001) Agriculturas e Territórios. Lisboa, Celta Editora.
- BARRETO, A. (1987) Anatomia de uma Revolução – A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- BAUER, G. e J.-M.-. Roux (1976) La Rurbanisation ou la Ville Éparpillée. Paris, Éditions du Seuil.
- BEIGHLEY, M. e QUESINBERRY, M. (2004). "Projeto de Permuta Técnica sobre Incêndios Florestais USA-Portugal – Relatório Final sobre Incêndios de 2003 em Portugal". USDA Forest Service. 23 pp.
- BERRY, B. J. L. (1976) Urbanization and Counter-Urbanization. Beverly Hills, Sage Publications.
- CABALLERO, D.; BELTRÁN, I.; VELASCO, A. (2007). "Forest fires and wild land-urban interface in Spain: types and risk distribution". 4th Internacional Wild Land Fire Conference. Seville. Spain.

- CARDOSO, J.; *et al.* (2005). "Proposta Técnica para o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios"; Instituto Superior de Agronomia.
- CATARINO, V. (2003). "Floresta e incêndios". ENB. Revista Técnica e Informativa, N.º 26, Ano 7. Escola Nacional de Bombeiros.
- CAVACO, C. (2005) "As Paisagens Rurais: do "Determinismo Natural" ao "Determinismo Político?". Finisterra XL, Vol.79, pp. 73-101.
- CAVACO, C. e A. S. e Ramos (1994) Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local. Lisboa, Programa da Artes e Ofícios Tradicionais/ Direção Geral do Desenvolvimento Regional.
- CHOAY, F. (1965) O Urbanismo. São Paulo, Editora Perspectiva.
- CNPOMA (2002). "Relatório de Execução de Atividades do Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais".
- CONSELHO NACIONAL DE REFLORESTAÇÃO (2004), *Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas em 2003*, Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
- CORDOVIL, F. e M. Rosa (1997) Desenvolvimento Rural: Novas Realidades e Perspetivas. Lisboa, Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDRural).
- CRUZ, M. (2007) "Incêndios florestais na interface urbano-florestal". Ciclo de Conferências GeoForum. TERCUD. Universidade Lusófona. Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DAS FLORESTAS (1998), *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa*, Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
- DEVY-VARETA, Nicole (1993), *"*A questão da florestação em Portugal: um processo de longa duração", *Sociedade e Território* nº.19. pp.49-70.
- DPP-MAOTDR (2006) "Evolução das Assimetrias Regionais". Prospetiva e Planeamento, n.º13.
- DUARTE, J. (2005) "Os fogos florestais em Portugal: O planeamento do espaço na interface urbano-florestal e a segurança das populações". Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia. Universidade de Évora.
- EUROPEAN COMISSION (2005), *Commmunication on the implementation of the EU Forestry Strategy*, COM (2005).

- EUROPEAN COMMISSION (2004), *Forest Fires in Europe. 2003 fire campaign*.
- FEIO, Mariano (1989), *A reconversão da agricultura e a problemática do eucalipto*. Lisboa: Associação Central da Agricultura Portuguesa.
- FERRÃO, J. (2000) "Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro". EURE (Santiago) Vol.26, n.º78.
- FERREIRA, A.; CASTANHEIRA, E.G.; ESTEVES, I.C.J.; CARREIRAS, M.; SILVA, J.S.; RAMOS, L.; SILVA, R.T. & FIDALGO, B. (2006) "A strategy of fire prevention and suppression in na organization located in the forest/urban interface". V Internacional Conference on Forest Fire Research. Figueira da Foz.
- FIGUEIREDO, E. (2003) *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*, Tese de doutoramento, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- FIGUEIREDO, E. (2001) "O RURAL COMO RESERVA AMBIENTAL – O LUGAR DO AMBIENTE NAS PROCURAS EXTERNAS DAS ÁREAS RURAIS EM PORTUGAL" in IV Colóquio Hispano-Portugués de Estudios Rurales, Santiago de Compostela, 7 – 8 Jun.
- GODWIN, DAVID R. e KOBZIAR, LEDA N.(2009) "How American, Australian and Canadian WUI programs are hitting home". Wildland Fire Lessons Learned Center. Arizona, EUA.
- GUERRA, J., J. Gil, *et al*. (2004) "AGENDA 21 LOCAL: AUTARCAS, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" in V Congresso Português de Sociologia, Braga, 12 – 15 Mai.
- HUTCHING, K. (2007) Ecocriticism in British Romantic Studies. Literature Compass 4 (1), pp. 172-202.
- IDRHA (2003) "Programa Nacional Leader+".
- INE (2003), *Inquérito à Situação de Calamidade Pública. Edificado. Incêndios Verão 2003*.
- INE (2004), *Inquérito ao Edificado. Incêndios Verão 2004*.
- ISA (2004), *Conclusões de conferência "Planeamento do território e proteção da floresta contra incêndios"*, Lisboa: ISA.
- LAMPIN, C.; JAPPIOT, M.; LONG, M.; MORGE, D. & BOUILLON, C. (2007) "Characterization and mapping of wild land urban interfaces. Assessing forest fire risk

in South of France" 10th AGILE Internacional Conference on Geographic Information Science, Aalborg University. Denmark.

- LIMA, A. V. d. (2006) "OS PORTUGUESES E O AMBIENTE" *in* VIII Curso de Verão da Ericeira. Viver a Natureza. Pensar o Ambiente.
- LOURENÇO, F. M. D. (2001) "AGRICULTURA E RURALIDADE – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL" *in* 1º Congresso de Estudos Rurais, UTAD (Vila Real), 16 – 18 Set.
- LOURENÇO, Luciano (1991), "Aspectos sócio-económicos dos incêndios florestais em Portugal"*. Sep. Biblos*, nº. 67. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.
- LOURENÇO, L. (1999) "Coimbra e riscos naturais. Passado e presente" Cadernos de Geografia e Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra, número especial. Coimbra.
- LOURENÇO, L. (Coord.) (2005) "Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios" (PNDFCI). Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF). Miranda do Corvo. 2 vol.
- LOURENÇO, L. (2008) "Urban-forest interfaces: a favorable stage for the incidence and development of forest fires in Portugal". The Australian Journal os Disaster ans Trauma Studies. Vol 2.
- LOURENÇO, L. e RAINHA, M. (2006) "As mediáticas 'mãos criminosas dos incendiários' e algumas das 'lições dos fogos florestais de 2005', em álbum fotográfico. Contributo para a desmistificação dos incêndios florestais em Portugal". *Territorium* 13.
- MACNAGHTEN, P. e J. Urry (1998) Contested Natures. London, Sage.
- MADRP (2007) "Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (versão Fevereiro 2007)".
- MADRP (2007) "Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013".
- MADRP (2006) "Orientações estratégicas regionais para a recuperação das áreas ardidas no Pinhal Interior e Beira Interior em 2003". Castelo Branco, MADRP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas - Comissão Regional de Reflorestação do Pinhal Interior e Beira Interior.
- MADRP (2005) "Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural". Desenvolvimento Rural 2007 – 2013".
- MAI (2003), *Livro Branco dos incêndios florestais ocorridos no Verão de 2003*.

- MAOTDR (2007) "Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Sumário".
- MAYOUX, J. (1979) Demain l'espace. L'habitat individuel péri-urbain – report de la mission d'étude. Ministére de L'environnement et du Cadre de Vie – service de l'information, Paris.
- MENDES, A. Carvalho (2003), "Política florestal em Portugal: que objetivos e que instrumentos?" In II Semana da Floresta Internacional da União dos Silvicultores do Sul da Europa. *Seminário Internacional Políticas Florestais: a necessidade e os desafios*. Porto: UCP.
- MOREIRA, M. B. (2001) Globalização e Agricultura. Oeiras, Celta Editora.
- MORENO, L. (1999) A Serra do Açor e o Piódão: Refúgios de uma ruralidade recriada. *in* Cavaco (1999), Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- MURTEIRA, M. (1979) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e o Modelo Português. Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- MURTEIRA, M. (1986) Lições de Economia Política do Desenvolvimento. Lisboa, Editorial Presença.
- NUNES, A. S. (1969) Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento. Lisboa, Moraes Editores.
- PAIS, C. *et al.* (2008) O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior. Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.
- PEREIRA, J. Cardoso; SANTOS, M. Teresa Nobre dos (2003), *Áreas queimadas e risco de incêndio em Portugal.* Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.
- PRASD (2003), *Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos*, Lisboa: Ministério da Economia.
- RADICH, Maria C.; ALVES, A.A.M. (2000), *Dois séculos da floresta em Portugal*. Lisboa: CELPA-Associação da Indústria Papeleira.
- RIBEIRO, M. e L. Mergulhão (2004) "TURISMO E DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO INTERIOR. A PERSPECTIVA DOS AUTARCAS. *in* IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 25– 28 Jun.

- ROCA, M. d. N. O. (2001) "ACTORES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DOVALE DO LIMA" in 1º Congresso de Estudos Rurais, UTAD (Vila Real), 16 – 18 Set.
- SILVA, J.M. (2003), "Incêndios florestais 2003. Contribuição para uma nova política florestal". *Boletim Forestis*, número especial, pp. 2-9.
- UE (2004) "Factsheet – O Desenvolvimento Rural na União Europeia". Comissão Europeia.
- UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – Reconstrução do Espaço Florestal.
- VALENTE, S. e E. Figueiredo (2003) "HABITANTES E VISITANTES – UMA "LUTA" INEVITÁVEL". *in* Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais – Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. ESAB (Bragança).
- VIEGAS, X. (2008) Caracterização da Interface Urbano-Florestal em Portugal. Coimbra. Relatório inédito.
- VIEIRA, A., *et al.* "Risco de Incêndio Florestal em Áreas de Interface Urbano-Rural: O Exemplo do Ave". *Territorium* 16. RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.
- VIEIRA, J.; PINTO, M.; PEREIRA, R. (coord) (2000), *Florestas de Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.
- WCED (1987) "Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future".

Internet

- ADXTUR (2008) "Aldeias do Xisto. A descoberta começa aqui". 27 de Maio 2013, em <http://www.aldeiasdoxisto.pt/>
- CMS (2008) "Aldeias de Montanha". 27 Maio 2013, em http://www.cm-seia.pt/index.php/que-visitar/aldeias-de-montanha.
- Direcção-Geral dos Recursos Florestais (http://www.dgf.min-agricultura.pt/)
- DGADR (2008) "Agricultura, territórios e agentes rurais. Diversificação de Atividades em Meio Rural, Ofícios e Microempresas Artesanais". 23 Maio 2013, em <http://www.dgadr.pt/default.aspx.>

- Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (2008) "Estratégia de Desenvolvimento Sustentável". 22 de Maio 2013, em <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/a-estrategia/lista.aspx.>
- INE (2013). 17 de Junho 2013, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xlang=pt&xpgid=ine_main&xpid=INE.
- MADRP (2008) "PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural". 20 Maio 2013, em <http://www.proder.pt/PresentationLayer/homepage.aspx.>
- Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (http://http://www.snbpc.pt/)
- UCP-ESBI (2007) "O que é a Agenda 21 Local?". 10 Maio 2013, em <http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&task=view&id=33&Itemid=89>
- UE (2007) "Disposições gerais sobre os Fundos estruturais". 3 de Maio, 2013, em <http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/l60014_pt.htm.>
- UE (2007) "Apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)". 10 de Maio, 2013, em <http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/l60032_pt.htm.>
- UE (2004) "LEADER+". 20 Maio 2013, em <http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24208.htm.>

LISTA DE ANEXOS

CORREIO da manhã
www.correiomanha.pt
Quinta-feira 15 de Agosto de 2003

"Hoje é para não dormir"

FALCÃO-MACHADO

17h30. 43,5 graus. Uma imensa nuvem de fumo cobre todo o Vale do Tejo, chegando às portas de Lisboa. Cerca de 80 quilómetros a norte, Chamusca é um concelho devastado pelas chamas, que chegaram a atingir o perímetro urbano e cortaram a EN118.

No gabinete do Serviço Municipal de Protecção Civil, o presidente da Câmara, Sérgio Carrinho, não tem mãos a medir para coordenar o combate às diversas frentes de fogo.

A região foi assolada por uma trovoada tipo tropical, pelas 11h00 de ontem. Em poucos minutos, os vários raios que caíram provocaram dez focos de incêndio que, aliados às elevadas temperaturas e ao vento forte, transformaram o concelho num autêntico inferno, que consumiu florestas e casas isoladas entre as árvores.

"Dos 760 quilómetros quadrados do concelho, cerca de metade ardeu", diz ao CM o autarca da Chamusca. É fim de tarde, que escureceu significativamente mais cedo. O telemóvel do edil toca. É da aldeia do Chouto e as ordens são claras: "Dá o alerta geral. Esta noite é para não se dormir. O apoio das pessoas é indispensável".

Durante o dia a situação piorou constantemente. Com parcos meios para combater o sinistro – 180 bombeiros de sete corporações –, a população em breve viu o fogo chegar às imediações da vila.

No lugar do Senhor do Bonfim, os populares afadigaram-se a transportar água em baldes, a usar mangueiras para debelar as chamas junto às casas. E a revolta. "Os bombeiros não chegaram aqui e se as casas não arderam foi porque as pessoas ajudaram", diz um homem, com os olhos injectados de sangue, irritados pelo fumo.

No perímetro industrial o drama atingiu proporções alarmantes, quando as labaredas atingiram várias oficinas de reparação de carros e uma fiação. "Os bombeiros tardaram mais de uma hora a chegarem" diz Joaquim Campos de uma das oficinas, de lágrimas nos olhos.

Apesar das queixas, todas as máquinas da Câmara e de vários particulares eram empenhadas em abrir corta-fogos à volta das zonas em perigo. Muitas vezes em esforços quase inúteis, perante frentes de fogo que avançavam a várias dezenas de quilómetros por hora, sob rajadas irregulares de vento.

Ao princípio da noite, com nova mudança de direcção do vento que aumentou de intensidade, os bombeiros preparavam a evacuação de Ulme, enquanto os militares do Polígono Militar de Santa Margarida também se debatiam contra as chamas, impedindo-os de ajudar as populações civis no seu drama.

NATÁLIA FORRO

ESFORÇOS

EVACUADOS

Uma centena de idosos do Lar da Terceira Idade, na zona alta da Chamusca, foram evacuados por precaução para o Centro de Saúde, o mesmo acontecendo a outros 30 idosos que foram levados de suas casas para o Quartel dos Bombeiros. Para a Golegã foram 20 grávidas e lactentes.

PROTECÇÃO CIVIL

Foi só pelas 20h30 que chegou à região da Chamusca o camião do comando operacional móvel do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Quase dez horas depois de se ter declarado o sinistro.

Anexo 1 – Correio da Manhã – 15 de Agosto de 2003

cêndios

Tempos de angústia

Na Chamusca, bombeiros e populares tentaram ontem, por todos os meios, pôr termo aos inúmeros fogos que ssolaram o concelho • Ao final do dia, a única certeza de uns e outros era que a noite seria passada em claro

> SUSANA SALVADOR

O Sol ainda não se tinha posto, no concelho da Chamusca, mas o seu brilho há muito não era visível para a população. Desde manhã, os bombeiros, com a ajuda dos populares, combatiam os fogos que surgiam um pouco por toda a parte, pondo em perigo várias habitações.

No rosto de todos, o medo e a angústia de não saber o que fazer perante «esta calamidade». Os habitantes da Chamusca não têm memória de um momento como este. «Moro aqui há 47 anos, mas é a primeira vez que vejo isto», explicava Faustino Costa.

Enquanto uns olhavam impotentes para o fogo que se aproximava, outros tentavam impedir o alastrar das chamas. Tudo servia para carregar água, de baldes a regadores. Em muitos sítios, foram as máquinas agrícolas e tractores dos populares que afastaram o perigo das habitações mais próximas. Para algumas, contudo, o auxílio chegou tarde. Muitos populares só tiveram tempo de «pegar no dinheiro e fugir de casa».

A verdade é que nada havia a fazer para acalmar as chamas. O vento teimava em reacender o que já estava apagado. A única certeza que os populares tinham era de que a noite seria passada em claro.

Um dos locais mais afectados era a freguesia de Pinheiro Grande, que, segundo os populares, ficou rodeada de chamas em poucos minutos. «Estávamos à porta a ver o fumo negro dos fogos que ardiam nas vizinhanças; quando demos conta, todas as encostas à nossa volta estavam a começar a arder», conta Dona Custódia.

Quanto à origem do fogo, não tinham certezas. Recordavam a forte trovoada que ocorrera de manhã, mas não acreditavam que esse fosse o único motivo, dada a rápida progressão dos acontecimentos. Uma coisa afirmavam: fosse fogo posto ou não, o certo é que na região não existiam bombeiros suficientes para fazer face aos inúmeros fogos que surgiam.

> Na zona, não há memória de um dia assim. Muitos só tiveram tempo de «pegar no dinheiro e fugir de casa»

Não havia, porém, indignação, cientes que estavam da quantidade de incêndios a lavrar na zona e da impossibilidade de acudir a todos. Mas muitos queixavam-se da falta de apoio de meios militares. «Quando estão em risco vidas humanas, todos os meios são insuficientes», dizia Francisco Antunes, morador de Pinheiro Grande.

ALENTO. Na Chamusca, o Sol ainda não se tinha posto, mas o seu brilho há muito que não era visível

Diário de Notícias

Anexo 2 – Diário de Notícias – 03 de Agosto de 2003

RECONSTRUÇÃO ■ ESPERANÇA VOLTA AOS ROSTOS DAS GENTES DA CHAMUSCA

Casas renascem das cinzas

O verde também está a regressar aos campos da destruição

ISABEL JORDÃO ▸ **Leiria**

▸ A construção de novas casas para alojar as famílias que viram arder todos os seus bens marca agora o quotidiano da população da freguesia de Pinheiro Grande, na Chamusca, onde o fogo destruiu tudo à sua passagem.

A obra de construção da primeira casa arrancou na semana passada, em Cabeças, e ontem começou outra, em Vale da Vinha, esperando-se que nos próximos três meses "todos os processos estejam encaminhados", disse ao **CM** o presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro Grande, Artur Jacinto, que tem "esperança" que "as coisas se resolvam".

Das 12 casas que arderam na freguesia de Pinheiro Grande, nove eram a habitação permanente e os moradores estão agora alojados num centro temporário.

Desalojados vivem com mobília emprestada e roupa dada

A vegetação também já começa a rebentar, pelo que a pouco e pouco as encostas voltam a pintar-se de verde, a cor da esperança, que agora acalenta a população.

Prazeres Morais, de 66 anos, que vivia em Cabeças com o marido, de 70 anos, ficou sem nada. A casa ardeu e com ela todos os seus haveres, incluindo a carteira com os documentos e a reforma que tinha acabado de levantar. "Ficámos só com a roupa que tínhamos no corpo", disse Prazeres Morais, que "nunca" pensou que "o lume entrasse em casa. Eu tinha duas mangueiras, mas como não havia água foi a nossa perdição", recorda.

As galinhas, os perus, as cocós, os pintos e os carneiros morreram carbonizados, apenas se salvando dois cães, que conseguiu soltar a tempo.

Prazeres Morais está a viver numa casa emprestada, em Godinhas, a cujo dono agradece a generosidade, mas que não tem energia eléctrica e antes servia de celeiro para guardar batatas.

"Caíamos as paredes e tivemos de ajeitar a casa, a mobília é emprestada e tive de comprar loiça, porque a minha ardeu", contou a idosa, explicando que tem de tomar banho de dia, enquanto está calor, porque a casa-de-banho não tem telhado.

A mulher tem contado com a ajuda dos filhos e dos vizinhos, que lhe levam comida e outros bens, mas também de desconhecidos, entre os quais um casal estrangeiro que lhe levou um saco de roupa.

O casal, também idoso, estava de férias no Algarve quando soube que o fogo tinha destruído todos os bens de Prazeres Morais e do marido. Sensibilizados com o drama, os estrangeiros viajaram até Pinheiro Grande e conseguiram localizá-los, através de uma fotografia.

"Fiquei muito contente com a sua generosidade e convidei-os a visitar a minha casa nova, quando estiver pronta. Prometeram voltar em Janeiro", concluiu Prazeres Morais. ■

CORREIO da manhã
www.correiomanha.pt
Quinta-feira 28 de Agosto de 2003

Anexo 3 – Correio da Manhã – 28 de Agosto de 2003

CORREIO da manhã
www.correiomanha.pt
Director-João Marcelino | Director-Adjunto-João Vaz | Subdirectores-Octávio Ribeiro e Manuel Queiroz
DOMINGO 2/11/2003 €1,10 (C/IVA)

FOGOS ■ AJUDA ÀS VÍTIMAS AVANÇA NA CHAMUSCA

'Pantanas' já tem casa

Primeira habitação foi entregue ontem e dia 9 outro casal será contemplado

▲ João Joaquim dos Santos já tem casa nova: "Estou satisfeitíssimo!"

CLÁUDIO GARCIA ▶ Leiria

Um casal de Pinheiro Grande, Chamusca, recebeu ontem a chave de uma casa nova, três meses depois do incêndio que o lançou na rua apenas com a roupa do corpo.

A habitação de João Joaquim dos Santos e da esposa é a primeira a ser entregue às vítimas dos fogos do Verão passado e custou 47 mil euros.

"Estou satisfeitíssimo. É uma casa impecável, como eu nunca esperava", afirmou o reformado, de 70 anos, conhecido por 'Pantanas'. "Estava tão desertinho para entrar aqui que o senhor não imagina".

A felicidade de João dos Santos mereceu cerimónia e foi testemunhada pelo secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas.

A construção foi financiada pelo Ministério da Solidariedade Social (em 80 por cento) e pelo Banco Espírito Santo.

No próximo dia 9 são contemplados António Jesus Camilo e Manuela Santos, ambos de 72 anos, também com um T1 construído de raiz, com a ajuda da Cáritas.

O programa de realojamento do concelho da Chamusca envolve mais 11 casas e representa um investimento global de 700 mil euros, cujo financiamento está assegurado.

De acordo com a Câmara Municipal, o processo ficará concluído até 30 de Abril do próximo ano e o recheio fundamental das habitações, como móveis e electrodomésticos, é assegurado por campanhas de solidariedade.

"Só se houver uma calamidade é que não vamos cumprir esse prazo", garantiu ontem o presidente da autarquia, Sérgio Carrinho, confiante num Inverno sem rigor excessivo.

"Estou extremamente feliz, sobretudo como cidadão", afirmou.

Neste momento estão oito obras iniciadas e três em fase de consulta a empresas, que devem arrancar nas próximas duas semanas.

A segunda prioridade do executivo é conseguir 100 mil euros para, até Agosto de 2004, reconstruir 50 pequenos anexos que também arderam no dia 2 de Agosto. ●

Anexo 4 – Correio da Manhã – 02 de Novembro de 2003

Diário de Notícias

» www.dn.pt » Director: Mário Bettencourt Resendes

» Director de Redacção: Fernando Lima / Director adjunto: Francisco Azevedo e Silva / Subdirectores: Francisco Ferreira da Silva e A. Oliveira e Castr

» Quinta-feira, 15 de Janeiro de 2004 » Preço (IVA incluído) 0,70 € » Ano 140.º N.º 49 236

'Fogo fez economia recuar dez anos'

Arderam oito mil hectares de sobreiros e «a cortiça só se pode tirar de nove em nove anos», salienta autarca

«O fogo fez andar dez anos para trás a economia local», disse ao DN o presidente da Câmara da Chamusca, Sérgio Morais Carrinho, referindo-se ao facto de terem ardido oito mil hectares de sobreiros, e «a cortiça só se poder tirar de nove em nove anos». O fogo consumiu ainda dois mil hectares de pinheiros e 12 mil hectares de eucalipto.

Lembrando que «arderam 22 mil hectares em 12 horas, o presidente da Associação dos Agricultores de Charneca, Carlos Amaral Neto, salienta que no concelho da Chamusca «as pessoas estão muito dependentes das espécies florestais. Muitos proprietários ficaram em situação bastante complicada, porque um pinhal adulto leva entre 40 a 50 anos a criar».

DN Leonardo Negrão

NEGÓCIO. Luís Trincão já comprou 126 cabras para retomar a sua actividade

Considera que «o Ministério da Agricultura teve uma resposta pronta e enérgica, desbloqueando ajudas financeiras a fundo perdido (de 80 até 95 por cento) para reflorestar as áreas ardidas».

Ainda sem futuro definido está a Fábrica de Malhas Lezíria, que, devido ao fogo, ficou sem condições para laborar, deixando sem trabalho 20 pessoas. «Desde Agosto e até 31 de Dezembro receberam o subsídio eventual. Agora passam a receber do fundo de desemprego», explicou ao DN o proprietário da fábrica, Fernando Barreto.

Os incêndios atingiram também as carvoarias de Ulme, eliminando seis postos de trabalho.

Pela positiva surge o caso de Luís Trincão, que já há 20 anos cria cabras para produção de leite e está a recuperar o negócio que o fogo lhe roubou. Segundo contou ao DN, as chamas consumiram os seus pavilhões e equipamentos e mataram cerca de 200 cabras, totalizando prejuízos de mais de 50 mil contos (250 mil euros).

«Vi 20 anos de luta e de trabalho desaparecerem em 20 minutos. Só sobraram 30 cabras», lembra Luís Trincão. «Vou instalar bocas de incêndio e um reservatório de água e tirar as árvores todas aqui à volta para não suceder o mesmo. Quero estar preparado para a próxima», refere.

«Pedi logo empréstimo ao banco para reconstruir os pavilhões e encomendei 126 cabras novas, com dois meses, que chegaram no início do ano», revela, explicando que «só daqui a dois anos começam a dar leite. O fogo causou-me dois anos de atraso. Agora, tenho de fazer trabalho de tractor para fora para ganhar dinheiro».

Anexo 5 – Diário de Notícias – 15 de Janeiro de 2004